



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COORDENADORIA ESPECIAL DE MUSEOLOGIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA

LETICIA EMANUELLE RIGO

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CATARINENSE E A REAFIRMAÇÃO DE
DISCURSOS POLÍTICO-IDENTITÁRIOS NA CONSTITUIÇÃO DE ACERVOS:
A COLEÇÃO SANTA CATARINA NO ACERVO ICONOGRÁFICO DO IHGSC**

Florianópolis, SC
2025

Leticia Emanuelle Rigo

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CATARINENSE E A REAFIRMAÇÃO DE
DISCURSOS POLÍTICO-IDENTITÁRIOS NA CONSTITUIÇÃO DE ACERVOS:
A COLEÇÃO SANTA CATARINA NO ACERVO ICONOGRÁFICO DO IHGSC**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao
Curso de Museologia do Centro de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito parcial para a obtenção do
título de Bacharel(a) em Museologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Thaina Castro Costa.

Florianópolis, SC
2025

Rigo, Leticia Emanuelle

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CATARINENSE E A REAFIRMAÇÃO DE DISCURSOS POLÍTICO-IDENTITÁRIOS NA CONSTITUIÇÃO DE ACERVOS : A COLEÇÃO SANTA CATARINA NO ACERVO ICONOGRÁFICO DO IHGSC / Leticia Emanuelle Rigo ; orientadora, Thaina Castro Costa, 2025.

74 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Museologia, Florianópolis, 2025.

Inclui referências.

1. Museologia. 2. Identidade catarinense. 3. Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. 4. Constituição de acervos. 5. Acervo fotográfico. I. Castro Costa, Thaina. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Museologia. III. Título.

Dedico este trabalho a todos os meus conterrâneos que, mesmo estando a uma serra de distância, continuam difundindo a memória do Oeste Catarinense.

RESUMO

Este trabalho analisa como o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC) participou da construção de uma identidade catarinense hegemônica ao longo do século XX, privilegiando narrativas de colonização europeia e apagando sujeitos históricos que compunham o Oeste Catarinense antes de seu processo de ocupação dirigida. A pesquisa tem como foco a subcoleção fotográfica intitulada “Santa Catarina”, formada por fotografias de diversas cidades que compunham e compõem hoje o estado de Santa Catarina, dotada de registros que performam dispositivos simbólicos que constroem memórias, legitimam discursos e organizam visualmente o território catarinense. Ao examinar imagens que retratam infraestrutura, lavoura, arquitetura doméstica, comércio, celebrações cívicas e espaços institucionais, observa-se a formação de uma narrativa visual do progresso: o imigrante europeu é convertido em agente fundador, enquanto indígenas, caboclos e populações tradicionais permanecem ausentes. A análise semiótica das fotografias que integram a subcoleção revela que estes registros operam como documentos históricos, selecionando o que deve ser lembrado e relegando tensões e violências ao silêncio, contribuindo para fixar sentidos desejados pelo projeto político-identitário estadual da época. Articulando pesquisa bibliográfica, consulta em arquivo, leitura semiótica e análise informacional a partir de fichas de catalogação, a investigação demonstra que o IHGSC não apenas preserva imagens, mas atua como mediador simbólico que hierarquiza discursos e define quais memórias são legitimadoras da identidade catarinense idealizada. A identidade construída no acervo reforça a perspectiva de uma Santa Catarina “civilizada” pela imigração, invisibilizando a multiplicidade étnica e histórica do Oeste e evidenciando os mecanismos institucionais que moldaram a memória pública do estado.

Palavras-chave: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina; Identidade catarinense; Representação; Constituição de acervos; Análise semiótica; Acervo fotográfico.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 – Os movimentos de ocupação em Santa Catarina.....	15
Figura 2 – Mapa do território contestado, de acordo com as delimitações propostas nos anos de 1854 (Santa Catarina) e 1855 (Paraná).....	16
Figura 3 – Solenidade de assinatura do Acordo de Limites entre PR e SC (1916).....	18
Figura 4 – Excursão ao interior catarinense durante abril e maio de 1929.....	20
Figura 5 – Registro da Exposição Histórica, Geográfica e Folclórica do I Congresso de História Catarinense (1948).....	22
Figura 6 – Organograma do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.....	30
Figura 7 – Linha do tempo com 10 dos 13 endereços que o IHGSC ocupou.....	36
Figura 8 – Tela principal do Sistema de Documentação Fotográfica do IHGSC.....	40
Figura 9 – Interface de abertura do Banco de Dados do IHGSC.....	42
Figura 10 – Mapa da estrutura classificadora do acervo institucional.....	43
Figura 11 – Parcial de fotografias da Coleção Santa Catarina.....	46
Figura 12 – Mapa da divisão político-administrativa de Santa Catarina em 1944.....	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tipologias e números relacionados ao Arquivo de José Arthur Boiteux.....	37
Tabela 2 – Levantamento de trabalhos e projetos realizados apenas no Arquivo de José A. Boiteux.....	38
Tabela 3 – Municípios e quantidade de itens por pasta.....	44

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. IDENTIDADE E CULTURA.....	11
2.1. A construção da identidade e cultura catarinenses.....	12
2.2 Considerações sobre identidade e museus.....	25
3. OS INSTITUTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS.....	27
3.1 O Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.....	28
3.2 O acervo do Instituto e a coleção fotográfica “Santa Catarina”.....	33
4. O OESTE CATARINENSE E SUA REPRESENTAÇÃO NO ACERVO.....	46
4.2 Panorama da Coleção.....	47
4.3. Recorte fotográfico analisado.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	70

1. INTRODUÇÃO

Ao longo do século XX, diferentes grupos sociais e elites políticas tentaram definir uma narrativa em torno da identidade catarinense, privilegiando etnias específicas que não necessariamente conformam o processo de ocupação do território. Esses grupos, transitando entre a academia e o poder público, alinharam projetos políticos à construção de uma identidade para Santa Catarina. Essa disputa não se deu apenas no campo discursivo, mas materializou-se em práticas de institucionalização, no desenvolvimento de políticas públicas e, sobretudo, em processos de construção da memória, operando seletivamente sobre o passado.

Entre esses processos, as instituições culturais assumiram papel central na “fundação” da história catarinense. Seus acervos históricos não se constituem como depósitos neutros, mas como dispositivos de poder resultantes de escolhas, exclusões e enquadramentos específicos. Nesse horizonte insere-se o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), primeira instituição de salvaguarda do Sul do Brasil, responsável por coletar, organizar, pesquisar, interpretar e difundir a memória catarinense. Reunindo em seu quadro de sócios membros das elites políticas e intelectuais da capital e do estado, o Instituto articulou os primeiros passos de uma historiografia catarinense e consolidou-se como uma das principais instâncias legitimadoras da memória oficial de Santa Catarina, frequentemente definida a partir da centralidade do litoral e da capital.

O acervo do IHGSC reuniu documentos, mapas, periódicos, objetos e coleções fotográficas com o propósito explícito de organizar e hierarquizar a história catarinense. Essa ordenação esteve, durante décadas, vinculada às expectativas de uma elite política-intelectual, especialmente na primeira metade do século XX, que buscou estabelecer narrativas hegemônicas sobre a cultura e a sociedade catarinense. Orientado por um critério linear, esse processo procurou fixar origens claras, identidades estáveis e trajetórias pautadas no pioneirismo e no progresso.

Dentro desse projeto político-identitário, a fotografia desempenhou papel decisivo como sistema de representação. O enquadramento, a composição e a circulação social das imagens produzem sentidos que, embora testemunhem fragmentos da realidade, reorganizam-nos segundo uma lógica cultural específica. A Coleção Santa Catarina, resultante da exposição organizada para o X Congresso Brasileiro de Geografia (1944), não apenas registra o território, mas ensina a vê-lo a partir da constituição fotográfica do que é Santa Catarina em seus diferentes aspectos. A exposição unifica simbolicamente o estado por meio

da infraestrutura, da colonização europeia, da modernização urbana e de rituais cívicos, ao mesmo tempo em que silencia conflitos, populações marginalizadas e formas alternativas de pertencimento territorial. Esse conjunto institui um regime de visibilidade que confere centralidade a determinados sujeitos, instrumentalizados na consolidação de uma identidade seletiva alinhada a um projeto civilizatório arquitetado pelo Estado.

É a partir dessa problemática que este trabalho de conclusão de curso se desenvolve. O objetivo central é analisar a representação do Oeste Catarinense na subcoleção Santa Catarina, pertencente ao Acervo Iconográfico do IHGSC, discutindo, a partir de um levantamento bibliográfico, os mecanismos de seleção, enquadramento e legitimação presentes na formação visual e identitária do estado. O recorte não busca identificar o “erro” da subcoleção, mas compreender, por meio da análise semiótica, suas operações simbólicas: quem aparece, quando aparece e sob quais condições de leitura. No âmbito de uma abordagem museológica, a perspectiva adotada compreende o acervo e seus instrumentos de organização não como suportes passivos da pesquisa, mas como mediações ativas na produção de sentidos e na legitimação de narrativas históricas.

Para isso, a pesquisa articula três movimentos metodológicos complementares. O primeiro consiste na pesquisa bibliográfica, que fundamenta o debate sobre identidade cultural, representação e construção da história catarinense, dialogando com autores como Stuart Hall, Clifford Geertz, Walter Fernando Piazza, José Carlos Radin, Gentil Corazza e Élio Cantalício Serpa. O segundo envolve a pesquisa sobre a constituição do acervo institucional do IHGSC, abrangendo a consulta, a descrição técnica¹ e a organização das coleções, especificamente a subcoleção Santa Catarina. O terceiro movimento corresponde à seleção de fotografias e sua análise semiótica histórica e informacional a partir de fichas de catalogação construídas especificamente para este fim, entendendo cada registro não apenas como visual, mas como ato político que produz pertencimentos, invisibiliza sujeitos e ordena o imaginário catarinense.

Do ponto de vista estruturante, o primeiro capítulo discute as bases históricas da construção da identidade em Santa Catarina e o papel desempenhado por elites e instituições na seleção e legitimação de narrativas culturais. O segundo capítulo analisa a atuação do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina nesse projeto, a constituição de seu acervo e a formação da subcoleção Santa Catarina, destacando os critérios de preservação e exclusão

¹ A descrição técnica que abrange a constituição, a organização e as tipologias do acervo só foi possível de ser desenvolvida a partir de meu Estágio Voluntário no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, entre os anos de 2024 e 2025, onde atuei no projeto de Implantação de Espaço Museológico da instituição.

que marcaram o processo. O terceiro capítulo realiza a leitura semiótica das imagens referentes ao Oeste Catarinense, examinando os mitos fundadores, a colonização dirigida, o processo de nacionalização do território e o desenvolvimento regional a partir do recorte de sete cidades: Caçador, Campos Novos, Concórdia, Curitibanos, Joaçaba, Rio das Antas e Videira.

Ao tensionar essas representações, o trabalho não busca substituir uma narrativa por outra, mas demonstrar que a identidade catarinense não se constitui como um processo natural e linear, e sim como um campo de disputa, construção e revisão contínua, marcado por silenciamentos e fragmentações regionais que produziram barreiras históricas e políticas na conformação do território catarinense.

2. IDENTIDADE E CULTURA

Santa Catarina é um estado marcado pela diversidade cultural. Nossa população é constituída por diversas etnias e, por muito tempo, a construção e a consolidação de sua identidade estadual esteve em holofotes. Essa questão, acompanhada do “Quem é o típico catarinense?”, é marcada por disputas que vão muito além da sensação de pertencimento de seu povo. Em determinados períodos do Século XX, encontraremos uma Santa Catarina alemã, em outros uma Santa Catarina açoriana, mas a todo tempo teremos uma Santa Catarina em disputa. Como afirma MERCER (apud HALL, 2006), a identidade “se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza”.

No caso catarinense, sua estabilidade nunca existiu. O processo de construção da identidade catarinense é feito de maneira desigual, sendo um retrato da atuação de sua elite política e intelectual que, em disputas pelo poder, a deslocam, a agregam e a instrumentalizam em prol de seus interesses, ampliando ou inviabilizando regiões.

É nesse contexto que experiências cotidianas ganham densidade analítica. A recorrente indagação “De onde você é?”, vinda de moradores do litoral quando diante de pessoas vindas do Oeste, muitas vezes é seguida da presunção de que estas pessoas vêm de estados vizinhos, Paraná e Rio Grande do Sul. Isso não se trata de um equívoco geográfico ou de uma limitação. Essa situação é sintoma de um processo de consolidação que invisibiliza uma região inteira que, por sua vez, é marcada por uma série de conflitos silenciados durante o Século XX. Esse gesto trivial revela a permanência de um projeto histórico que produziu esquecimentos, deslocou memórias e hierarquizou pertencimentos.

Assim, este capítulo busca compreender como o processo de construção da identidade catarinense se deu ao longo dos Séculos XIX e XX, retornando à construção do Estado de Santa Catarina para trazer à tona a consolidação da Região Oeste de Santa Catarina. Entender esse processo é fundamental para compreender os silenciamentos que atravessam, hoje, narrativas refletidas nos acervos de nossas instituições culturais, como a coleção analisada nos capítulos seguintes.

2. 1. A construção da identidade e cultura catarinenses

Nas Ciências Humanas, os conceitos de cultura e identidade permanecem sem consenso definitivo. Debatidos constantemente entre autores, perspectivas aproximadas de como entendê-las e explicá-las são geradas e, mesmo defendidas, estas ainda não são consideradas como absolutas. Nesse sentido, acho importante iniciar conceituando a noção de cultura que servirá como base para esta análise e, ao debruçarmo-nos em *A Interpretação das Culturas* (1973), de Clifford Geertz, a cultura:

denota um padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida (GEERTZ, 1973, p. 66).

E por ser transmitido historicamente, há clareza em perceber que a história não é construída em um movimento contínuo de registros democráticos e populares. Em uma sociedade onde todas as esferas são marcadas pelo embate constante entre interesses, a cultura não se apresenta em uma construção pacífica e espontânea. Ela pode ser utilizada como um instrumento de legitimação das relações de poder, transmitindo este sistema de concepções que contempla os interesses dos mais fortes, sendo percebida ao fazer um simples levantamento dos decretos de tombamento de patrimônios em Santa Catarina. Enquanto o litoral catarinense é marcado pela arquitetura colonial preservada, com o acesso à museus e programações culturais, o oeste catarinense foi marcado pela destruição, silenciamento ou abandono com boa parte de seus sítios arqueológicos, museus e outros patrimônios culturais, principalmente aos que fogem da memória colonial.

A influência das relações de poder não termina apenas na seleção do que deve ser considerado ou não cultura de um determinado território. Essa filtragem parte de uma concepção tradicional, onde a “cultura é vista como algo que engloba ‘o que de melhor foi pensado e dito’ em uma sociedade” (HALL, 2016, p. 19). Nesse sentido, ao acumular o poder em um determinado circuito social, essa seleção assume a capacidade de moldar diretamente

como a sociedade deve se entender a partir da identidade resultante da construção cultural. E por identidade entendemos:

[...] A identidade é formada na “interação” entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem”. (HALL, 2006, p. 11).

Assim como a Museologia, que estuda a relação entre o sujeito e o objeto – parte da realidade em que atua – e a relação entre a sociedade e seus patrimônios (RÚSSIO, 1981), a concepção sociológica da identidade defende que, ao projetarmos a nós mesmos identidades culturais, “internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, [...] [alinhando] nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural” (HALL, 2006, p. 12, adaptado).

A partir destes conceitos, faz-se necessária uma revisão ao processo de ocupação de Santa Catarina, essencial para refletir sobre a fragmentação responsável pelo que se entende como identidade e cultura catarinense. O recorte temporal feito aqui não busca ignorar a ocupação indígena, uma vez que compreendemos o território catarinense, antes de tudo, como um território indígena, por isso a discussão se configura imprescindível, apesar de não ser o objetivo deste trabalho, que inicia seu recorte a partir do período compreendido pela divisão de Capitanias Hereditárias, onde Santa Catarina origina-se como Terra de Sant’Ana.

Walter F. Piazza, em “Elementos Básicos da História Catarinense”, capítulo que escreve para a publicação Fundamentos da Cultura Catarinense (1970)², elabora o processo de ocupação incentivado pela Coroa Portuguesa, iniciando desde as primeiras menções ao território em mapas, em 1500, passando pelos “particulares” que originaram São Francisco do Sul, Desterro (Florianópolis) e Laguna, na segunda metade dos 1600, até a criação da capitania subalterna de Santa Catarina, junto da política de *uti possidetis* e a fixação de casais açorianos no território. Piazza (1970) afirma:

A fixação da capitania subalterna, bem como a fixação dos casais açorianos, foram os elementos básicos para os portugueses quando discutiam com os espanhóis e os venceram na elaboração do tratado, que se chamou TRATADO DE MADRI, em 1750 (PIAZZA *et al.*, 1970, p. 36).

Definindo estes elementos para o que deu início à Santa Catarina, o autor menciona um evento que configura-se como um dos primeiros impulsos econômicos e de ocupação do

² Esta publicação é fruto do Curso sobre Fundamentos da Cultura Catarinense promovido em 1969 e 1970 pelo Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura em diversas cidades catarinenses. O curso e a posterior publicação contaram com a participação de cinco autores: Jaldyr B. Faustino da Silva, Walter F. Piazza, Paulo Fernando Lago, Celestino Sachet e Victor Antônio Peluso Júnior. Destes, Piazza e Peluso Júnior foram membros e, posteriormente, ocuparam a diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

interior do estado: o ciclo do gado. Este empreendimento, promovido por tropeiros-“lagunistas”³, foi responsável pela abertura das primeiras estradas que avançam território à dentro, ligando o Rio Grande do Sul ao litoral catarinense e, por último, à São Paulo. A partir destas, foram fundadas cidades como Lages (1766) e Curitiba (1869), dando início ao povoamento do planalto catarinense, com estâncias, fazendas e pouso de tropas, mas não necessariamente se edifica uma integração entre regiões do estado, isto porque “a integração econômico-social do litoral com o planalto só se fez [...] em função de uma necessidade de abastecimento daquelas populações [...] que precisavam de sal, e das populações do litoral, que precisavam da carne bovina” (PIAZZA *et al.*, 1970). Esta relação de trocas entre o litoral e o planalto catarinense, como MUNARIM apud DEBIASI (2017) define, são, geralmente, reflexo de:

[...] políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico e social que privilegiam o espaço humano citadino ou, mais que isso, em detrimento da vida no meio rural. As políticas voltadas ao meio rural são traçadas no sentido de extrair do campo o máximo de benefício em favor da vida na cidade, ou então, no sentido de urbanizar o espaço rural (p. 20).

No final do Século XVIII abre-se uma estrada que liga Desterro à Lages – naquela época ainda pertencente à Capitania de São Paulo. Este novo caminho fortaleceu o comércio interno de Santa Catarina, operando o escoamento fora das rotas abertas por Laguna. Contudo, a estrada foi abandonada uma década depois, dada a dificuldade de fazer sua manutenção e os conflitos com indígenas subsequentes à invasão de suas terras (PIAZZA *et al.*, 1970). Até este momento, o planalto permanece fragilizado como parte integrante de Santa Catarina, somando parte nas questões territoriais que se desenvolveram ao longo do Século XIX.

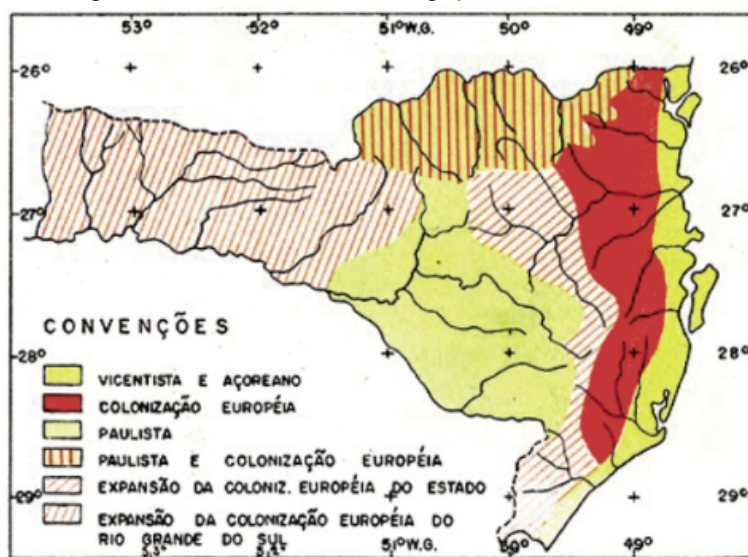
Em uma nova onda de ocupação de território, inicia-se a vinda europeia para o estado durante a primeira metade do século XIX. Os espaços considerados “vazios” passam a ser ocupados por imigrantes vindos da Alemanha, Itália e Polônia, respectivamente, e estes instalam-se principalmente em regiões de vales, como Marum, Itajaí e Araranguá, até pouco antes da virada para o século XX. Somado a esses movimentos de ocupação, temos ainda a presença de povos do continente africano, trazidos compulsoriamente pelo tráfico transatlântico.

O mapa abaixo (Figura 1) ilustra a ocupação do território catarinense e suas ondas. É importante enfatizar a partir dele que Santa Catarina teve suas regiões ocupadas em um

³ Durante o período colonial, Laguna era o principal centro urbano e comercial catarinense. De lá saíram as primeiras expedições em busca de campos para criação de gado no planalto catarinense. Os homens que as lideraram ficaram conhecidos por “Lagunistas” (PIAZZA *et al.*, 1970, p. 36).

processo que durou 4 séculos, contando com ondas de deslocamento interno, como vicentistas e paulistas, e ondas de imigração, representadas pelos açorianos, alemães, italianos e poloneses – um bom exemplo para mostrarmos a heterogeneidade catarinense.

Figura 1 – Os movimentos de ocupação em Santa Catarina.



Fonte: Atlas Geográfico de Santa Catarina: População, Fascículo 3, 2ª Edição. 2019.

Diferente das demais regiões, o território oestino destaca-se por uma ocupação tardia⁴, constituída por diversos movimentos a partir do século XIX. Estes iniciaram com deslocamentos informais de tropeiros e caboclos vindos dos estados vizinhos, como Rio Grande do Sul e Paraná, com o povoamento conduzido por Companhias de Colonização instaladas na região após a Questão de Palmas e pela expansão da colonização do Rio Grande do Sul, que se intensifica após o início da década de 1920.

No caso da Região Oeste Catarinense, sua formação social constituiu-se pela evolução de quatro fases sucessivas e superpostas ao mesmo tempo: a formação social nativa, formada pelas sociedades indígenas, a formação social cabocla, a formação social colonial e a formação social capitalista (RADIN, CORAZZA, 2018, p. 129-130).

Entre 1881 e as primeiras décadas do século XX, temos o desenrolar de tensões provenientes da disputa territorial entre Argentina e Brasil, findada no arbitramento internacional e incorporação do território entre os estados de Santa Catarina e Paraná. A Questão de Palmas⁵ e a forma como o governo federal atuou na região anexada contribuíram

⁴ Ao afirmar uma ocupação tardia no Oeste Catarinense não se busca apagar a presença indígena no território discutido, mas destacar o processo de ocupação colonial que difere-se das demais partes do estado. Esta região possui registros de ocupação por povos indígenas até o século XIX, entre seus mais recentes os povos Xokleng e Kaingang, que sofreram com as disputas territoriais contra fazendeiros e caboclos (RADIN; CORAZZA, 2018).

⁵ A Questão de Palmas, também conhecida como Questão das Missões (ou *Misiones*, no espanhol), foi uma disputa territorial entre Argentina e Brasil sobre um território atualmente compreendido pelo Oeste catarinense e Sudoeste paranaense. De um lado, a Argentina reivindicava o que seria a Província de Misiones, do outro, o Brasil reivindicava a região principalmente a partir do princípio *uti possidetis*. A delegação brasileira, chefiada pelo Barão do Rio Branco, apresentou documentação histórica e geográfica o suficiente para que, “em 6 de

Mas essa não é a principal razão para o conflito violento que ficou inicialmente conhecido na historiografia catarinense como “Revolução dos Fanáticos”. Soma-se a ele razões que vão muito além do messianismo apontado pelos historiadores do Século XX como “fanatismo” da população local. Estas são as questões fundiárias, como a expropriação de terras e expulsão da população cabocla que a ocupava, o coronelismo⁷ e a vinda de empresas estrangeiras como a *Brazil Railway Company* e sua subsidiária *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, empresas envolvidas na construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande (E.F.S.P.R.G).

À fim de destaque, a *Lumber*, embora formalmente registrada como empresa de colonização, ficou conhecida como “Madeira Lumber”, em razão da predominância de suas atividades voltadas à extração e beneficiamento da madeira. Suas ações impactaram profundamente o cenário socioeconômico do planalto norte e provocaram grandes impactos ambientais, realizados com o aval do Estado que concedeu à *Brazil Railway Company* o direito de explorar faixas de terra de até 15 quilômetros de cada lado da linha férrea. Essas terras, “cobertas por milhões de pinheiros ou araucárias, imbuías, canelas pretas, cedros e cabriúvas” (TOMPOROSKI, 2016), fizeram com que a companhia mobilizasse um numeroso contingente de trabalhadores, que ocupou os arredores das serrarias.

O avanço do processo de colonização também contribuiu enormemente para a derrubada das matas e para a expansão das atividades madeireiras. Ao redor dessas indústrias de madeira, muitos núcleos e vilas foram se formando. (RADIN; CORAZZA, 2018, p. 93-94).

Após a derrubada da mata nativa, as terras eram loteadas e vendidas a imigrantes europeus pela outra subsidiária da *Brazil Railway Company*, a *Brazil Development & Colonization Company*. Esse processo marcou o início da expansão da colonização que, partindo do planalto norte catarinense, avançou gradualmente em direção ao oeste, trazendo “gaúchos, vindos das antigas colônias italianas e das antigas colônias alemãs do Rio Grande” (PIAZZA *et al.*, 1970, p. 48). Esse movimento, definido por Piazza como “apressado”, embora posterior ao conflito, teve suas origens no mesmo contexto de expropriação que

⁷ Como afirma MONTEIRO (2018), a região do Contestado, além de sua população composta por caboclos, posseiros e indígenas, era habitada por coronéis, figuras políticas vinculadas à República Velha. Estes homens possuíam poder decisório na política regional, poder este fortalecido em suas grandes posses de terra, recebendo autorização do governo central para que obtivessem uma espécie de “exército”, este formado por seus agregados, para defenderem seus interesses. Além disso, “muitos coronéis envolveram-se diretamente nos acontecimentos que elencaram o conflito do Contestado, inclusive no Planalto Norte de Santa Catarina, onde também havia interesses de grandes latifundiários em negociar terras com os governos estadual e federal (para o repasse de concessões a *Brazil Railway Company*) e com a companhia americana da madeira Lumber S.A., obtendo dessa forma lucros e vantagens políticas baseadas nas relações informais de compadrio entre os coronéis” (SOUZA, 2016, p. 176).

culminou na Guerra do Contestado e evidencia a responsabilidade do governo federal e estadual na consolidação conflituosa da região.

Figura 3 – Solenidade de assinatura do Acordo de Limites entre PR e SC (1916).



Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Acima, a figura retrata a solenidade de assinatura do acordo⁸, ocorrida na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, em 1916. Segurando o documento que coloca fim tanto na Guerra do Contestado quanto na questão de limites entre Paraná e Santa Catarina, está Felipe Schmidt, Governador de Santa Catarina, e ao seu lado direito está Affonso Camargo, Governador do Paraná. Apesar de ter participado deste momento histórico, o primeiro Governador a pisar em terras do Oeste foi Adolfo Konder, em sua empreitada conhecida como “A Viagem de 1929”.

Esta viagem partiu da capital catarinense e atravessou o estado até encontrar Dionísio Cerqueira, na divisa com o Paraná e o país argentino. Somando 1 mês de viagem, a excursão foi amplamente documentada por integrantes da comitiva de Konder, como Arthur Ferreira da Costa e José Arthur Boiteux, resultando nas produções de um álbum fotográfico, uma conferência e dois livros publicados. Estas produções enfatizavam, para além dos objetivos oficiais da excursão, a terra que conheciam pela primeira vez, assumindo um caráter de

⁸ Nesta fotografia destacam-se José Arthur Boiteux, que teve participação decisiva ao viajar à Lisboa em busca de documentação que auxiliasse na defesa das fronteiras catarinenses, e Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, conhecido pela alcunha Barão Abolicionista. Em ordem da esquerda para a direita, temos: José Arthur Boiteux, Oliveira Lima, Felipe Schmidt, Francisco de Azevedo, Affonso Camargo, Francisco Homem de Mello. Já em pé, da esquerda para a direita, temos: Lindolfo Xavier, Sebastião Sampaio, Américo dos Santos, Antônio Olinto A. F. Souza Pitanga, Simões da Silva, Moreira Guimarães, Mello de Souza, Alvaro Belford e Alberto Fernandes.

conquista do sertão⁹, com a preocupação de descrever o espaço geograficamente e destacar o surgimento de um movimento civilizatório, tanto proveniente da colonização quanto por parte de medidas do Governo do Estado. Destacam-se, também, passagens descrevendo a violência, o banditismo e o abandono daquela porção de terra.

No extremo Oeste sobretudo, desde Passo Goyo-En até a foz do Rio Pepery-Guassú, na linda argentina, aquele vasto deserto era o paraíso da criminalidade. Bastava atravessar o rio em qualquer ponto de sua larga sinuosidade [...] para ficar o delinquente livre de pena e culpa”. (COSTA, 1929, p. 9 apud CEOM, 2005, p. 25)

Em outros trechos, comentam sobre a civilização encontrada em determinadas cidades, como Mondaí, onde se faz questão de exaltar a colonização alemã que não é originária do “rebutalho das grandes cidades da Europa” (COSTA, 1929 apud CEOM, 2005).

Colônia fundada em matta aberta ha sete annos, encontramos ali traços fortes de civilização, pela organização do trabalho, systematização das energias, ordem admiravel. Terras ricas e gente idonea, que hão de cooperar para que floresça e avulte um importante nucleo de cultura e de riqueza humanas. A colonização é de allemães e de brasileiros, vindos estes do Rio Grande”. (COSTA, 1929, p. 18 apud CEOM, 2005, p. 33)

Outro comentário, agora originário da conferência de José Arthur Boiteux, vai diretamente de encontro à percepção de alívio de Arthur Ferreira da Costa ao encontrar “semelhantes” no território tratado aqui como Outro.

Influenciados pela constante corrente emigratória que procede do Rio Grande do Sul – e os novos colonos para as glébas catarinenses já são todos nascidos no visinho Estado sulino, descendentes de italianos e allemães, toda uma gente forte e decidida, disposta ao trabalho, levando **áquelles rincões, até ha pouco incultos por abandonados**, a prosperidade e a riqueza, – os referidos lugares apresentam agora apreciaveis **elementos de progresso...** (BOITEUX, 1929, p. 10 apud CEOM, 2005, p. 87) [Grifo meu].

Nestas duas produções trazidas aqui, unem-se a perspectiva de conquista do sertão com a subjugação de um território “Outro” – este marcado pelo abandono, pela difícil comunicação e acesso, pela ‘incivilização’ e pela desnacionalização. Os relatos trazidos levantam a preocupação sobre as fronteiras, sobre a população que convive com e participa do território argentino e colocam como missão o abraqueiramento. Como MARTINELLO (2019) levanta, a interpretação deste território nos discursos debatidos acima “permite interpretar como um espaço Outro do litoral, dos vales e da serra catarinense, [os interioranos] eram os:

⁹ Fernando Vojniak, em “A Viagem de 1929: Oeste Catarinense” (2005), traz reflexões sobre o “flerte” que as produções tinham com a questão bandeirante: “Houve um grande esforço de intelectuais em difundir a imagem do bandeirante (paulista) como simbolo de bravura [...] A partir da construção da identidade nacional e da identidade paulista, criou-se uma imagem [...] como desbravadores do sertão, civilizadores dos índios, unificadores do território nacional e conquistadores de terras. Recuperar o termo bandeira, naquele momento [da viagem], era uma forma de valorização da viagem do governador Adolfo Konder e sua comitiva através dos símbolos referidos”.

“não-integrados”, isolados e desprovidos de contato que passavam a receber a sorte de poderem contar com visita de uma *ilustre autoridade*”.

Figura 4 – Excursão ao interior catarinense durante abril e maio de 1929.

Fonte: COSTA (1929) apud CEOM (2005).

¹⁰ “De um lado, estavam os Ramos, representantes do Planalto Catarinense, onde predominava o latifúndio, eram a oposição ao governo estadual. Do outro lado, estavam os Konder, representantes do nordeste, onde predominavam os imigrantes e descendentes de origem alemã e italiana, que desenvolviam a agricultura com base na pequena propriedade e na indústria. Eles controlavam o Partido Republicano Catarinense desde o último mandato de Hercílio Luz. Para o historiador João Batista Bitencourt, “a Revolução de 30 surge em Santa Catarina como uma inversão de grupos políticos no comando do estado, transformando um controle político que perdurara por boa parte da última década”. Este autor percebe, nessa inversão, ‘os delineamentos de uma étnico-geografia do poder político estadual catarinense’ “ (ZANELATTO, 2007, p. 54)

No contexto da Campanha de Nacionalização, Santa Catarina tem parte de seu território desmembrado para a criação do Território Federal do Iguaçu, uma unidade que reunia a região do Oeste Catarinense às regiões Oeste e Sudoeste do Paraná a fim de obter maior integração entre territórios “vazios” e maior controle sobre as fronteiras brasileiras¹¹. Este controle era visto como necessário pelo desenvolvimento das questões já destacadas por COSTA (1929) durante a Viagem de 1929 de Adolfo Konder.

O controle brasileiro efetivo da região era tênue. Havia, no entorno de Foz do Iguaçu, grandes contingentes de indígenas e de grupos estrangeiros de várias nacionalidades, mas especialmente de paraguaios e argentinos, que não falavam português. As línguas correntes eram o guarani e o espanhol. O dinheiro circulante era o peso argentino e o guarani paraguaio. Atividades como a navegação do rio Paraná e a exploração da madeira e do mate eram controladas por argentinos (RADIN; CORAZZA, 2018, p. 135).

Em 1946 este território é extinto, mas com ele não se encerram as tensões percebidas sobre a região: o abandono, a fragilidade administrativa e a heterogeneidade cultural própria de uma fronteira marcada pela intersecção de territórios. Essas questões continuam sendo tratadas à margem, assim, no imediato pós-guerra, observa-se um movimento inverso ao da federalização: as preocupações do Estado encontram-se no litoral e na sua narrativa de fundação com um evento que é colocado até os dias de hoje como evento fundador da Historiografia Catarinense.

Em 1948, dois anos após a extinção do Território do Iguaçu, o Primeiro Congresso de História Catarinense é realizado em comemoração aos 200 anos da chegada dos imigrantes açorianos à Nossa Senhora do Desterro (Florianópolis). Este foi o tópico que permeou a maior parte das discussões no evento, que teve sua programação do dia 5 ao dia 12 de outubro.

“[...] Nereu Ramos irá empreender uma política de nacionalização pela qual, etnias como alemães e italianos sofreram um violento processo de incorporação àquilo que chamavam de cultura brasileira. Os açorianos, então, que na primeira República eram vistos como indolentes, preguiçosos, sem espírito de iniciativa passam a ser objeto principal de estudo e, posteriormente, de comemorações” (SERPA, 1996, p. 67).

Neste Congresso ocorre uma exposição fotográfica que abordava aspectos históricos, geográficos e folclóricos da população litorânea, abrangendo Florianópolis, Laguna, Araranguá, Palhoça, Paulo Lopes e outras cidades. A intenção era mostrar “as condições culturais da população de origem açoriana, ressaltando tanto quanto possível a sobrevivência de costumes vindos dos Açores e também da Madeira e a evolução sofrida por êsse grupo no Estado de Santa Catarina” (O ESTADO, 1948, p. 2).

¹¹ Este “estado provisório”, idealizado pela mesma Sociedade de Geografia que foi palco da solenidade do Acordo de Limites, é colocado em prática em todo o Brasil, criando outros territórios federais como o do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé e de Ponta Porã (PRIORI *et al*, 2012).

Estas fotografias foram exibidas em frentes que abordavam a pesca, a agricultura, a indústria, a diversão do povo, o transporte, a religião e o folclore. Um aspecto importante dessa exposição foi a construção genealógica de famílias luso-brasileiras proeminentes, como as famílias Dutra e Costa, em uma frente que destacava figuras da política catarinense. Nesse painel, foram “lembrados descendentes de insulanos que ocuparam postos de governo e que tiveram influência na vida social” (O ESTADO, 1948, p. 2).

Na Figura abaixo, um registro da exposição no Albergue Noturno Santa Catarina¹², é possível ver o texto expositivo acima de diversas fotografias: “Em Santa Catarina os açorianos se destacaram na política e na arte. A exposição presta homenagem aos catarinenses de procedência insulana, indicando alguns de seus descendentes que se distinguiram”.

Figura 5 – Registro da Exposição Histórica, Geográfica e Folclórica do I Congresso de História Catarinense (1948).



Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

O Congresso, referido como o fundador da Historiografia Catarinense, teve a presença de toda a elite intelectual do estado que, em seu campo nascente, consolidou muitos nomes, especialmente o de Oswaldo Rodrigues Cabral. Seu nome se destaca não apenas pelas suas produções, que trazem tanto a decadência quanto a ascensão do açoriano, mas por sua participação como Secretário Geral na Sub-Comissão Catarinense de Folclore. Essa comissão surge a partir da seção folclórica do evento, é vinculada à Comissão Brasileira do Folclore, e

¹² O Albergue Noturno Santa Catarina, hoje Albergue Noturno Manoel Galdino Vieira, foi construído no terreno em que a Casa de Santa Catarina (ver 3.2) seria construída antes das reverberações da Revolução de 30.

consolida-se nas décadas seguintes com o objetivo de continuar pesquisas sobre os aspectos do folclore catarinense e publicar em boletins “textos de intelectuais interessados em construir uma identidade étnica e cultural para o Estado” (ROSA, 2015). Inicia-se, a partir deste momento, um movimento açorianista, isto é, uma verdadeira empreitada pela hegemonia cultural do território catarinense, a fim de constituir uma “narrativa de uma origem também nobre a determinadas forças políticas” (SIMÃO; BILÉSSIMO, 2019).

A partir do I Congresso de História de Santa Catarina, evento realizado em Florianópolis no ano de 1948 [...], o tema do folclore foi [...] um assunto de interesse das políticas culturais desenvolvidas em Santa Catarina entre as décadas de 1940 e 1970. Dentro desse recorte temporal, os motivos folclóricos foram “transformados” em “ferramentas” que auxiliaram na legitimação de algumas ações políticas, entre elas, a construção de identidades étnicas e culturais para Santa Catarina, dentro de um quadro de disputa político-partidário (ROSA, 2015, p. 33).

Buscando sua afirmação em relação à questão da germanidade da região norte, mesmo com o fim da Era Vargas, o movimento encontrou terreno calçado pelo governo interventor de Nereu Ramos, que se encerra apenas em 1945. Apesar disso, perde intensidade com a eleição para a governança estadual, em 1951, de um teuto-brasileiro vindo do Vale do Itajaí: Irineu Bornhausen. Mais uma vez, o jogo político-partidário se inverte com o surgimento de novas forças políticas e a elite intelectual fortalecida pela elite política do litoral acaba precisando frear e substituir seu discurso açorianista para algo mais amplo.

A guinada das narrativas parece estar ligada a dois motivos: primeiro, devido à ameaça da expansão das ideias comunistas pelo Estado, o que poderia ameaçar a ordem política e social do lugar. [...] E em segundo, com a vitória de Irineu Bornhausen [...] não fazia sentido para os folcloristas, que dependiam dos poderes estaduais para publicação, compra e distribuição do Boletim, dar continuidade a uma linha de pesquisa e de discursos que privilegiavam a identidade açoriana (ROSA, 2015, p. 245).

Na década seguinte, a Universidade de Santa Catarina é fundada em Florianópolis e, logo após, federalizada. Com um corpo docente composto pelos intelectuais vinculados à realização do Primeiro Congresso de História Catarinense e às instituições culturais já consolidadas na cidade – como o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, a Sub-Comissão Catarinense de Folclore, a Academia Catarinense de Letras e outros –, o cenário de disputa é abafado e a hegemonia cai sobre o colo da ‘recém-criada’¹³ universidade, que acaba garantindo “que o centro das discussões continue sendo Florianópolis”.

¹³ A Universidade Federal de Santa Catarina surge a partir da união de outras faculdades já existentes e espalhadas pelo Centro de Florianópolis, como a Faculdade de Direito, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Farmácia e Bioquímica, Faculdade de Filosofia, Faculdade de Medicina e Faculdade de Serviço Social (UFSC, 2025).

É neste contexto que Santa Catarina se fragmenta, consolidando zonas com etnias dominantes, chamadas por Garcia Jr. de “mosaico cultural”. Para o autor, “era na *formação discursiva naturalista*, que se tornava possível ver e dizer as “regiões” e os “homens catarinenses” sob um fundo de permanência biológico”, entretanto, com o período de redemocratização, essa formação é questionada e uma nova formação regionalizadora se fazia necessária – uma “discursiva culturalista”. A partir disso, as regiões passam por um processo de levantamento de suas histórias econômicas e sociais, somando-se do esforço intelectual aglutinador de uma Capital Cultural – Florianópolis – para a elaboração de memórias regionais baseadas em questões sociais, culturais e artísticas (GARCIA JR., 2002; SAYÃO, 2004). Esse esforço seria para

Localizar os elementos garantidores das identidades, das semelhanças, da homogeneidade dos espaços e fixá-los para continuar garantindo os interesses, que poderiam ser seus e, ao mesmo tempo, coletivos, quando em nome de Santa Catarina, eram afirmados nacionalmente. (GARCIA JR., 2002, p. 42).

Embora isso pudesse significar valorizar e abraçar a diversidade do Estado, para isso seria necessário, primeiramente, reconhecer populações “à margem” das etnias dominantes, algo que não aconteceu. Muito pelo contrário, essa ação regionalizadora “continua a estabelecer uma base igualmente forte para a separação e segregação sociais, mesmo porque continua a afirmar-se sob uma base étnica, reproduzindo os recortes naturalistas” (GARCIA JR., 2002). Até este momento, temos um norte alemão, um sul italiano, um litoral açoriano e um planalto e um oeste indefinido pela junção de todos esses povos e de suas populações historicamente invisibilizadas – populações africana, indígena e cabocla.

Na década de 1980 se busca pela primeira vez um protagonismo na figura do sertanejo. Esse protagonismo, trazido em campanha eleitoral por Esperidião Amin, aparece em sua “Carta aos Catarinenses” (1982). Contudo, em 1980, este político é escolhido patrono de honra do Desfile do Contestado, na cidade de Irani, e, em seu discurso, Amin propõe a busca pelo “Homem do Contestado” para representar o catarinense.

Nós precisamos criar a marca de Santa Catarina. [...] Quando se fala do catarinense, não sabe bem como representar o catarinense. Para criar a identidade de Santa Catarina, para expressar numa única palavra o que é o catarinense, podemos buscar no Contestado uma alternativa. Nós podemos ganhar aqui esta palavra. Esta palavra é o homem do Contestado, é o jagunço, é o fanático, enfim, é o homem que deu a sua vida para conseguir um pouco daquilo que nós já temos de justiça social; para conseguir que o Oeste catarinense fosse chão de propriedades de milhares de família. (...) aqui neste local mora a identidade de Santa Catarina (AURAS, 1991, p. 323-324 apud ARIOLI, 2025, p. 31).

Em sua carta, cuja intenção seria direcionar seu projeto de governo, traz na categoria Cultura o compromisso em preservar a identidade catarinense e, ao elaborar como, propõe

“implantar o Museu do Contestado [e] apoiar pesquisas, a divulgação de livros e manifestações folclóricas que digam respeito àquele episódio” (Amin, 1982, p. 15 apud ARIOLI, 2025). Como uma cartada para a redenção de sua fama política contraditória¹⁴, Amin apropria-se desse discurso e se blinda usando a luta dos vencidos, lançando, após sua eleição, diversas produções que retornam ao Contestado. Em uma delas, Cadernos da Cultura Catarinense, vinculada à Fundação Catarinense de Cultura, o governador identifica:

Este vencido, que a história registra apenas como um "jagunço fanático", foi para mim, o mais típico dos catarinenses. Vejo a sua luta de 70 anos atrás, como a luta de inúmeros catarinenses de hoje, e, mais, luta de milhões de pequenos em todo mundo. (AMIN, 1984, [s.p] apud SERPA, 1996, p. 74).

E, ainda que Esperidião Amin tenha instrumentalizado e subvertido a pauta em prol de seus interesses políticos, a retomada à Guerra do Contestado rompe uma barreira de mais de meio século de silêncio sobre o conflito na Historiografia Catarinense, permitindo que nas décadas de 1990 e 2000 ocorra uma virada de chave sobre a “Revolução dos Fanáticos”. Essa virada, protagonizada pelas produções acadêmicas nas universidades federal, estadual e comunitária e projetos como o Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina, traz percepções sobre as políticas culturais voltadas à região e à sua memória, promovendo a criação de Museus e constituição de acervos. No que tange aos estereótipos consolidados pela narrativa historiográfica tradicional, essa virada promoveu a introdução de “novos sujeitos sociais, aqueles que eram considerados insignificantes”, agora como lideranças caboclas, e sua desassociação da retratação fanática (OLIVEIRA, 2025).

2.2 Considerações sobre identidade e museus

As discussões apresentadas ao longo deste capítulo evidenciam que a identidade cultural constitui um campo de disputas simbólicas, produzido historicamente por meio de práticas sociais, políticas e institucionais. Ulpiano Bezerra de Meneses (1993) retoma a conceituação de identidade para afirmar que a identidade “forçosa” foca na semelhança e na convalidação social, “explicitando e exacerbando as diferenças”, podendo “facilmente servir para alimentar as estratégias de dominação e desempenhar funções anestésicas”. Abaixo, o autor reflete sobre a indissociabilidade entre identidade e poder:

O semelhante é inofensivo, inócuo. É o diferente que encerra risco, perturba. Assim, a diferença está na base de todas as classificações, discriminações, hierarquizações

¹⁴ ARIOLI (2025) aponta que “Amin se valia de valores sociais para reformular sua imagem, e do movimento do Contestado, visto que muitos dos caboclos eram catarinenses e sua aproximação ao Estado tem grande potencial crítico para a memória, História e historiografia catarinense”.

sociais. Em outras palavras, não se precisam as diferenças apenas para fins de conhecimento, mas para fundamentar defesas e privilégios: "representation of otherness participates in the production and reproduction of social inequality. The culture of difference is a hierarchical culture" (Pieterse, 1991: 201). Em suma, identidade e poder não se dissociam (MENESES, 1993, 2009, p. 209).

Ao considerar o papel do museu¹⁵ como “santuário” da identidade cultural, estes espaços assumem papel central não como lugares de preservação, mas como instâncias ativas na mediação entre memória, cultura e poder. Ao coletar objetos, possuem a possibilidade de os explorar “cognitivamente e afetivamente”, tornando o espaço museológico um “terreno fértil para as manipulações das identidades” (MENESES, 1993). Essa discussão busca exemplificar a instrumentalização dos museus a partir de nações que converteram seus museus nacionais a serviço de projetos de construção da identidade nacional – ao articular cultura e memória pelo poder, o museu deixa de ser um espaço passivo e se torna um “recurso estratégico”.

[...] A fim de alimentar a imagem da nação, o museu alimenta também suas reivindicações - melhor dizendo, menos as reivindicações da sociedade, que as do estado e seus suportes. Essa operação impõe que se eliminem as diversidades e tensões e que se reduza toda uma realidade complexa e dinâmica a um referencial fixo, simples, dotado da capacidade de captar algo como uma substância permanente, uma essência imune a mudanças e que se torna visível no "típico" (MENESES, 1993, p. 212)

Essa intervenção ocorre por meio de práticas concretas, como a constituição de acervos, a organização de coleções e a elaboração de exposições. A seleção do que deve ser preservado, documentado e exibido implica necessariamente exclusões, silenciamentos e hierarquizações, interferindo na forma como o passado é representado e apropriado socialmente. Assim, o museu transforma os objetos, os documentos e as imagens em documentos históricos, atribuindo-lhes sentidos que ultrapassam sua materialidade. Essa operação contribui para a legitimação de determinadas narrativas históricas e identitárias em detrimento de outras, tratando-se, portanto, de um processo atravessado por relações de poder, no qual visibilidade e invisibilidade operam como mecanismos centrais.

Essa compreensão ampliada do museu permite estender a análise a instituições que, embora não se definam formalmente como museus, exercem funções museológicas semelhantes. A coleta sistemática de fontes, a organização de acervos e a difusão de

¹⁵ Segundo a nova definição de museus, aprovada pelo International Council of Museums (ICOM) em 2022, “um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Os museus, abertos ao público, acessíveis e inclusivos, fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Os museus funcionam e comunicam ética, profissionalmente e, com a participação das comunidades, proporcionam experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento”, destacando a dimensão social, inclusiva e comunitária da prática museológica contemporânea” (ICOM, 2022).

narrativas históricas aproximam essas instituições do campo museológico, na medida em que também atuam como mediadoras da memória e da identidade cultural. É nesse horizonte que se inserem os Institutos Históricos, cuja atuação será analisada no capítulo seguinte, com especial atenção ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, enquanto instância legitimadora de narrativas sobre o passado e a identidade catarinense.

3. OS INSTITUTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS

O primeiro Instituto Histórico e Geográfico surge em um contexto de instabilidade no Império do Brasil. A abdicação de Dom Pedro I em 1831, motivada pela perda de popularidade entre as elites após a Guerra da Cisplatina e sua nomeação a Dom Pedro IV de Portugal após a morte de Dom João VI, coloca o Império sobre o Período Regencial até seu filho chegar à maioridade. Esse período compreendido entre a abdicação e o ano de 1840 foi marcado por diversas revoltas provinciais, a exemplo da Guerra dos Farrapos (1835-1845), da Cabanagem (1835-1840) e a Revolta dos Malês (1835).

Foi nesse cenário de tensões políticas e busca pela consolidação das fronteiras territoriais que, em 1838, se fundou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Seus objetivos e missão eram “coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e a Geografia do Brasil” e “preservar a cultura nacional, estimular estudos históricos, geográficos e de outras ciências sociais sobre o Brasil e reunir e divulgar documentos relativos à sua formação e identidade, com vistas à preservação da memória nacional” (BOUZADA, 2020), respectivamente. Sua fundação dá início ao processo de construção de unidade para além das questões físicas, buscando a integração das partes que dariam “origem” à um Brasil, isto é, o IHGB propôs criar uma história para unificar povos sob uma identidade.

“A unidade seria obra da nação. E a nação seria a ficção a ser criada e estabelecida. [...] A história precisava ser contada e ser escrita. Símbolos, heróis e o passado escreveriam a história. Mas não se fazia história sem fontes bibliográficas e documentos. E não se escrevia a história sem pesquisa. E não se propagava o resultado da pesquisa sem publicação. Era preciso reunir uma biblioteca, coletar documentos, pesquisar e escrever e publicar” (PIGNATARO *et al*, 2019, p. 15).

Para desenvolver esse projeto, o Instituto lança seus primeiros programas de pesquisa, “Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico Brasileiro para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro” (1839) e “Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à História e Geografia do Brasil?” (1841). Esses programas atuaram como diretrizes para a

pesquisa e a escrita daquilo que se pretendia constituir como a história oficial da nação, evidenciando o caráter centralizador e seletivo do projeto: todos os documentos coletados nas províncias deveriam ser remetidos à Corte, onde seriam examinados, classificados e incorporados sob a autoridade do Instituto. Conforme observa SÁ (2023), o IHGB assumiu um “lugar autorizador” da historiografia, papel que se manifestava em sua Revista Trimensal, instrumento central de difusão, legitimação e controle das produções do período.

Ao mesmo tempo em que a Corte buscava ordenar e integrar as vozes regionais, muitos “homens de letras” provinciais, estimulados pela convocação do IHGB, produziram suas próprias memórias, anais e corografias, de modo a inserir suas províncias na história do Império. Como observa SÁ (2023), “esse rasgo centralista, todavia, não desencorajou a produção de relatos desde as províncias, sobre as quais muitos letrados escreveram mesmo não sendo membros do Instituto, ou sendo admitidos após oferecerem uma obra local”. Assim, em diversas regiões – como o Pará, o Piauí, Goiás, o Ceará e também Santa Catarina –, a escrita das histórias provinciais configurou um movimento paradoxal de produção intelectual que respondia à demanda de conhecer e fixar a origem de cada província dentro do corpo da nação, afirmando as identidades locais. Esses relatos, embora concebidos sob o ideal de unidade nacional, acabaram por destacar a importância dos passados locais na formação da identidade imperial.

No caso catarinense, a “Memória Histórica da Província de Santa Catarina”, de Manoel Joaquim d’Almeida Coelho, publicada em 1856, exemplifica essa articulação entre o projeto central do IHGB e a iniciativa local de reunir documentos e relatos dispersos sobre o passado provincial. A obra buscava integrar a história catarinense à narrativa nacional em construção, revelando como o modelo proposto pelo Instituto – de recolher as histórias das partes para compor o todo – se desdobrou algumas décadas depois na criação de instituições regionais inspiradas em seu exemplo. Assim, o ambiente intelectual forjado pelo IHGB no século XIX seria o mesmo que, mais tarde, possibilitaria a fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

3.1 O Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina

A iniciativa de criação do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Santa Catarina antecede sua fundação oficial, aparecendo na imprensa em 1894. Na primeira página do Jornal “República”, no dia 7 de novembro daquele ano, a instituição foi introduzida na coluna “Instituições Úteis”. Neste mesmo jornal, 10 dias depois, a comunidade de Florianópolis era convidada a conhecer os primeiros fins dessa instituição:

O Instituto Historico e Geographico Catharinense tem por fins principaes:

1º — Colligir, organizar, redigir e publicar todos os dados existentes e necessários para a elaboração da Historia e da Geographia do Estado.

2º — Publicar uma revista trimensal, que se editem trabalhos e documentos a que se refira o intuito e as actas das sessões do Instituto.

3º — Celebrar conferencias publicas, medianes as quaes se popularisem os conhecimentos de nossa Historia ou Geographia.

4º — Corresponder-se com associações congêneres, afim de serem trocadas idéas e permutados documentos historicos e geographicos. (Jornal *República*, 1894, p. 2) [Grifo meu].

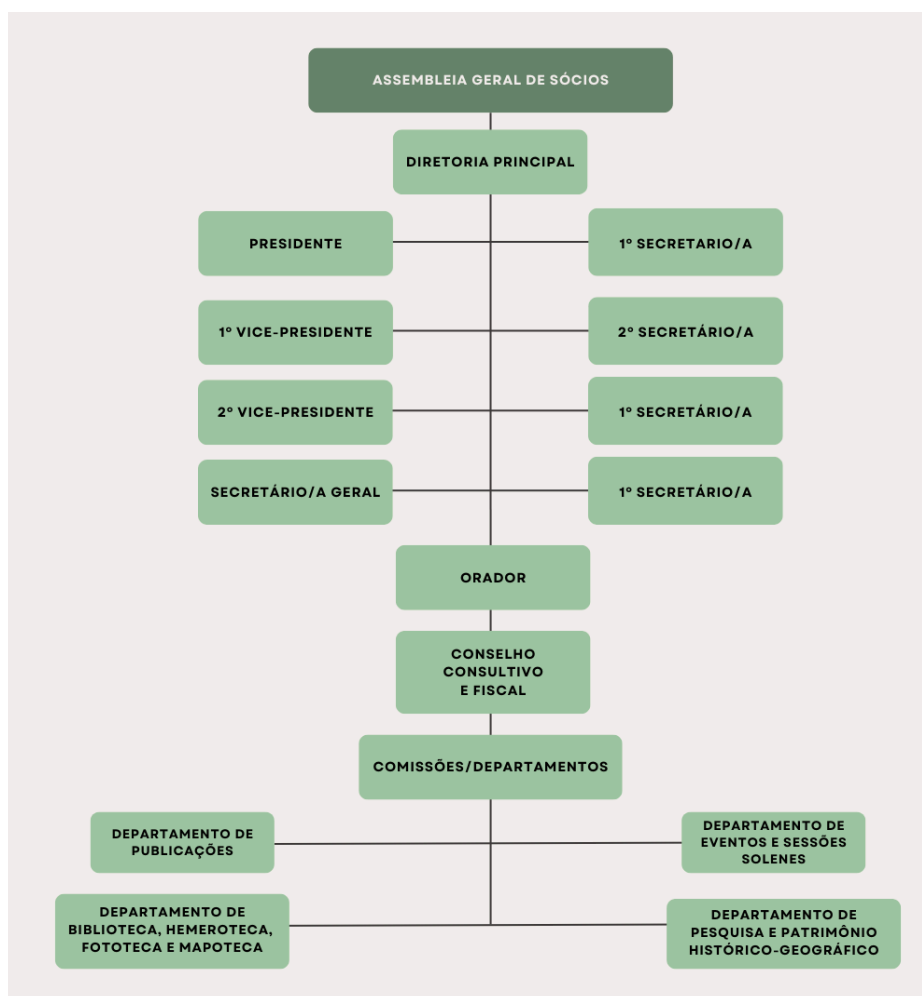
No dia 7 de setembro de 1896, quando reúnem-se “as elites dirigentes e intelectuais da época, em nosso Estado e, notadamente, na Capital” (PIAZZA, 1996), o estatuto do Instituto, divulgado aos poucos neste mesmo jornal, era aprovado e a instituição, fundada. Esta, idealizada por José Arthur Boiteux, o mesmo fundador da Academia Catarinense de Letras e do extinto Instituto Polytechnico, não apenas foi a primeira para Santa Catarina, como se tornou a primeira de seu tipo na Região Sul, seguido pelos Institutos Históricos e Geográficos do Paraná (1900) e do Rio Grande do Sul (1920).

Centenária, embora nascida já no período republicano, manteve como referência direta as diretrizes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, adaptando-as ao contexto catarinense pós-revolução federalista. Esse caráter de semelhança, reflete-se tanto em seu organograma (Figura X) e constituição quanto diz respeito aos seus objetivos, que centravam-se em dar “privilegio à coleta de fontes que seriam organizadas, classificadas e hierarquizadas, de modo a construir uma história linear e concisa da nação ou particularmente do Estado” (FREITAS, 1996).

Antes de iniciar a discussão sobre suas contribuições, vamos entender um pouco mais sobre a estrutura e composição da instituição. O Instituto é composto por uma assembleia de sócios, uma diretoria principal, dois conselhos, um consultivo e um fiscal, e quatro departamentos que tratam sobre suas publicações, como sua Revista Trimestral, sobre eventos e sessões solenes, como o Primeiro Congresso de História Catarinense, sobre pesquisas histórico-geográficas e, por fim, sobre seu acervo.

Seus sócios dividem-se em sócios efetivos, sócios correspondentes, sócios honorários, sócios beneméritos e sócios eméritos, compostos por um perfil formado por pessoas que pertenciam à esfera pública ou estavam muito próximos dela (SERPA, 1996). Abaixo é possível ver o organograma do Instituto.

Figura 6 – Organograma do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Fonte: Elaboração da autora/2025.

PIAZZA (1996), sobre os sócios-fundadores¹⁶ do Instituto, salienta a presença de “cinco magistrados e de cinco engenheiros civis, de três médicos e três professores, de dois jornalistas, dois oficiais da marinha e de dois industriais” e menciona o restante de sua composição, representada por funcionários públicos e membros de uma classe econômica. No contexto de sua formação, final do século XIX e início do XX, a maior parte deles eram pessoas que se concentravam no litoral catarinense, especificamente na Capital. Apesar de não significar uma via de regra e existirem sócios correspondentes de outros lugares do estado e até de outras regiões, a elite política-intelectual que compôs o IHGSC esteve reunida neste polo.

¹⁶ A exemplo, entre os sócios-fundadores do Instituto listados por PIAZZA (1996, p. 14), temos quatro membros que já governaram o estado de Santa Catarina em período anterior ou posterior à Proclamação da República – Hercílio Luz, Felipe Schmidt, Gustavo Richard e Augusto Fausto de Sousa. Os demais eram, em maioria, membros das elites políticas, administrativas e/ou intelectuais, manifestando-se em cargos no legislativo, no judiciário, na imprensa, no magistério ou nas camadas economicamente influentes do comércio local.

Enquanto instituição, o IHGSC se consolidou como uma associação civil, sem fins lucrativos e de caráter científico e cultural. Reconhecido pela primeira vez como uma instituição de utilidade pública em 1929¹⁷, o Instituto sobrevivia da contribuição dos sócios, da comunidade e incentivos estatais esporádicos. Essa realidade só começou a se modificar após a Constituição Estadual de 1989, quando o Governo do Estado se compromete a conceder apoio administrativo, técnico e financeiro às entidades culturais, colocando a Academia Catarinense de Letras e o Instituto Histórico em prioridade.

Mesmo com a construção dessa política pública, Jali Meirinho observa que “nem sempre o Poder Público empresta apoio que permita o perfeito desempenho do órgão” (MEIRINHO, 1996, p. 13). Como consequência direta, registra:

Até a transferência [em 1984] para o Centro Integrado de Cultura, próprio do Estado, as dificuldades constantes foram a falta de recursos para manutenção, como pagamento de aluguel, luz e funcionário para manter o órgão aberto a serviço do público e pesquisadores. Não raras vezes os membros da diretoria tiveram que se cotizar para superar o problema (MEIRINHO, 1996, p. 13) [Adaptado].

Apesar das dificuldades que o acompanham, o Instituto atinge, com a realização do Primeiro Congresso de História Catarinense, em 1948, um status como espaço de referência para pesquisadores, professores e membros das elites da época. Esse congresso, como já mencionado no capítulo anterior, ficou conhecido como o fundador da Historiografia Catarinense, mas é a partir da produção científica do Instituto que os alicerces para este evento são criados. Estas produções, representadas principalmente pela Revista Trimestral, reúnem “quantidade significativa de artigos que trazem documentos referentes à História de Santa Catarina” (SERPA, 1996).

A Revista Trimestral (ou *Trimensal*, como era chamada) tem seu início em 1902 e encerra sua primeira fase em 1920. Esta fase é marcada pelas produções que desenvolvem a memória histórica e política do estado enquanto província, assim como perspectivas sobre a fundação das primeiras cidades catarinenses, como Laguna e São Francisco do Sul, e biografias de personalidades notórias. A preocupação com a construção da historiografia catarinense é clara. SERPA (1996) reflete sobre os assuntos abordados neste período:

Ao olharmos o conjunto dos textos publicados, percebe-se que de certa forma, estes remontam a um passado distante, ausência de artigos que versem sobre os descendentes de africanos, de alemães e de italianos. As páginas da Revista são ocupadas majoritariamente com luso-brasileiros ou com fatos dos quais estes tiveram participação. Pode-se dizer, então, que o discurso da Revista nesta fase

¹⁷ Ao longo da história da instituição, o IHGSC é reconhecido como instituição de utilidade pública em diversos momentos. O primeiro deles, em 1929, foi a partir do Projeto nº. 36. Este foi apresentado pelo relator Marcos Konder à Assembleia Legislativa e incluía a Academia Catarinense de Letras. Foi sancionado na Lei nº. 1.664, de outubro de 1929, pelo então governador Adolfo Konder. Esta lei autorizava, também, a aquisição de um prédio para a instalação da Casa de Santa Catarina (ANEXO I).

estava construindo a identidade catarinense pelo passado de luso-brasileiros ilustres e estabelecidos no litoral. (SERPA, 1996, p. 66).

É apenas no final da primeira fase, encerrada em 1920, que começam a surgir artigos pontuais relacionados às outras partes do território catarinense. Estes tratavam sobre o Acordo de Limites, as questões fronteiriças com o Rio Grande do Sul e a memória de cidades fora do litoral central. Essas produções somam menos de 5 artigos.

Em 1943 inicia-se a segunda fase da Revista. Nesta fase é possível notar uma abertura pequena para explorar a história de Santa Catarina no Brasil e a estruturação de suas cidades. Embora haja essa abertura, os assuntos históricos concentram-se na colonização, onde o açoriano é introduzido em estudos dedicados e produzidos por Oswaldo Rodrigues Cabral. Destacam-se dois artigos que se encontram fora da curva, um “A região das Araucárias” e outro “Notas para a história da fundação de Lajes (1766-1783)” – este último de autoria de Vidal Ramos.

Com a realização do Primeiro Congresso de História Catarinense, a segunda fase se encerra em 1944. Nessa síntese de assuntos abordados até o momento, é possível perceber o enfoque dado ao litoral catarinense nas produções veiculadas na Revista do Instituto Histórico até o final da primeira metade do Século XX. Estas vão de encontro e concretizam a elaboração do Congresso, que explora quase que unicamente a colonização açoriana. Outro ponto que solidifica a relação das produções da Revista Trimestral com o evento são os Anais do Congresso, que comentam sobre algumas monografias que já haviam sido consideradas na Revista.

A ocorrência do segundo centenário da colonização açoriana em Santa Catarina propiciou excelente ensejo para a realização [...] do Primeiro Congresso de História Catarinense, ao qual foram apresentadas monografias valiosas versando a história daquele Estado meridional. Algumas dessas monografias já foram objeto de consideração por parte desta Revista, como as do Prof. Oswaldo R. Cabral sobre “Os açorianos” e sobre “Os Juizes de Fora do Destêrro”, ou a do Sr. Max Tavares d'Amaral sobre a colonização alemã no vale do Itajaí (MATOS, 1950, p. 537).

Por fim, a terceira fase – que perdura até hoje – inicia em 1979. Esta fase inaugura um período historiográfico onde a produção dos membros do Instituto se reorganiza a partir da consolidação das universidades, ampliando a gama de assuntos abordados pelo Instituto. O interesse dos intelectuais volta-se para “a distância do extremo-oeste do Estado em relação a capital, rumores e movimentos em torno da criação do Estado do Iguaçu, a significação econômica e a mobilização política da região de Chapecó” (SERPA, 1996) e, além disso, ascende uma produção que abarca outras etnias presentes em Santa Catarina, como os italianos do sul e alemães do norte. Um artigo que se destaca nessa época é “A Identidade

Catarinense”, escrito por Peluso Júnior. Nele, o autor emplaca dois conceitos, “catarinensismo”¹⁸ e “catarinização”¹⁹, fundamentais para “demonstrar, ou mesmo construir, uma identidade legitimamente catarinense, tendo em vista que a fragmentação era vista como um problema” (BAVARESCO; LOCATELLI, 2019).

O Instituto, indissociável de sua produção e indissociável de seus objetivos, passa sua trajetória coletando, pesquisando, investigando, interpretando e divulgando estudos históricos, geográficos e de áreas correlatas das Ciências Humanas, sobre Santa Catarina. Nesse processo, é impossível ignorar a composição de seus membros, assim como a contribuição destes para a constituição do acervo da instituição.

Muitas famílias de personalidades vinculadas à política catarinense doaram itens para o IHGSC, famílias estas como Boiteux, Vieira da Rosa, Schutel, Gama D’Eça e Richard. Esses acervos refletem suas histórias e estas não podem ser interpretadas do ponto de vista neutro, pois, como articuladores da política catarinense, estavam alinhados com projetos políticos e, participando ativamente da primeira instituição de memória do estado, o Instituto, transferiram esses projetos para o constructo resultante produção principal da instituição: a construção da identidade catarinense.

3.2 O acervo do Instituto e a coleção fotográfica “Santa Catarina”

O acervo do Instituto Histórico reflete não apenas a construção de uma historiografia catarinense, mas as dificuldades enfrentadas pela instituição ao longo de sua trajetória. A constituição e a organização desses documentos estiveram e estão intrinsecamente ligadas à itinerância involuntária da instituição, uma discussão muito recorrente entre as análises promovidas por alguns de seus membros durante o Século XX. Considerando isso, este subcapítulo desenvolve-se de forma a recuperar e delinear – considerando os obstáculos informacionais – a constituição do acervo do Instituto, seu tratamento e organização, suas tipologias principais e, por fim, apresentar a Coleção analisada por este trabalho.

A preocupação com uma sede definitiva aparece em diferentes momentos da história institucional e é citada como a primeira das “atribuições” do Instituto: “Nenhuma instituição

¹⁸ “Catarinensidade” é um conceito elaborado por Peluso Júnior que refere-se à aceitação e fortalecimento dos vínculos comunitários entre os moradores de Santa Catarina, manifestando-se através do sentimento de pertencimento à identidade estadual (PELUSO JÚNIOR, 1984, p. 261 apud BAVARESCO; LOCATELLI, 2018, p.116).

¹⁹ “Catarinização” é um conceito elaborado pelo mesmo autor, que diz respeito ao processo de atração e integração de indivíduos que estão afastados da comunidade, promovendo a inserção e o fortalecimento da identidade catarinense naqueles que passam a fazer parte da coletividade local (PELUSO JÚNIOR, 1984, p. 261 apud BAVARESCO; LOCATELLI, 2018, p.116).

cultural poderá ter seus acervos bibliográficos e arquivísticos convenientemente organizados se não tiver uma sede” (PIAZZA, 1996). Grisard e Mira (2015), ao organizarem o livro *Memória do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, recapitulam os endereços ocupados até a instalação definitiva na Casa José Boiteux (2011), totalizando treze sedes. Esses locais, particulares ou mantidos pelo governo, serviram tanto para suas sessões quanto para a guarda do acervo, concentrando-se majoritariamente na região central de Florianópolis. A mais importante delas seria mais uma idealização de José Boiteux: a Casa de Santa Catarina²⁰.

Este projeto foi apresentado e aprovado pelo Governo Estadual em 1929, entretanto só foi alcançado em 1951, após a expropriação do Clube Germania²¹, devido às implicações da Revolução de 30. A anulação do decreto assinado pelo Governador Adolfo Konder e o cancelamento da construção da Casa à Avenida Hercílio Luz atrasaram a consolidação do projeto e seu idealizador não chegou a ver sua concretização²².

Piazza (1996) registra o momento em que o Instituto finalmente se instala na chamada Casa de Santa Catarina:

A 12 de outubro daquele 1951 realiza o Instituto sua primeira reunião na “Casa de Santa Catarina” [...]. Ali instala sua secretaria, sua biblioteca, seu museu e, em conjunto com as demais instituições ali abrigadas, dispõe de um auditório, ornamentado por alguns quadros a óleo de personalidades catarinenses (PIAZZA, 1996, p. 46)

Esse relato também evidencia a primeira referência à existência de um museu do Instituto – afirmação que não possui comprovação documental. Nesse espaço, a instituição permaneceu por quinze anos, até o desmoronamento parcial do prédio em 1966. Esse sinistro, causado pelas fortes chuvas na cidade, acometeu parte do acervo e, sem condições para agir, o Instituto não chegou a registrar oficialmente as perdas. A solução foi “o salvamento do que sobrou da Biblioteca do Instituto” no Edifício Zahia, na rua Felipe Schmidt. Durante a permanência nesse local, há menções às tentativas de organização do acervo, embora sem registro de um processo técnico sistematizado.

²⁰ A Casa de Santa Catarina teve sua pedra fundamental lançada em 25 de novembro de 1929, na Rua Hercílio Luz, nº. 506), terreno onde está localizado o Albergue Noturno Manoel Galdino Vieira. Nela ficariam sediadas não apenas o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, mas a Academia Catarinense de Letras, a Associação de Ex-Combatentes do Brasil, o Museu de Arte de Santa Catarina (na época Museu de Arte Moderna de Florianópolis) e a Comissão Catarinense de Folclore.

²¹ O Clube Germânia foi uma Sociedade Recreativa localizada na Rua Tenente Silveira, nº. 69. Enquanto Clube, promovia festivais artísticos, concertos e conferências educativas, assim como a aproximação e convívio entre brasileiros, alemães e seus descendentes. Beirando aos seus 80 anos, uma das sociedades recreativas mais antigas da época, foi desapropriada durante o governo de Nereu Ramos por não ter mudado seu nome durante o contexto da Segunda Guerra Mundial (A Gazeta do Povo, 1936, p. 6, e 1944, p. 6).

²² Boiteux faleceu em 1934 e, após este período, o Instituto enfrenta a desmobilização motivada tanto pelo contexto político dos anos 1930 quanto pelo falecimento de seu principal agitador.

A antepenúltima sede registrada corresponde a uma breve passagem pelo Centro Integrado de Cultura (CIC), no bairro Agronômica. Apesar da mudança, não há informações sobre a transferência do acervo para aquelas dependências, muito menos um tratamento. Este será retomado após dezembro de 1986, com a sanção da Lei Estadual nº 6.900, quando o Instituto Histórico é oficialmente transferido para o Palácio do Governo – atual Palácio Cruz e Sousa – junto ao Museu Histórico de Santa Catarina.

Esse movimento, assinado pelo governador Esperidião Amin Helou Filho, promoveu não apenas a cooperação entre as instituições, mas também trouxe a estabilidade que o Instituto tanto procurava e um efetivo de funcionários à disposição do expediente e da biblioteca. Entretanto, como relata Patrícia Régis (2007), o espaço disponível ao Instituto era “precário” e insuficiente para abrigar o acervo institucional e atender pesquisas. Ela define:

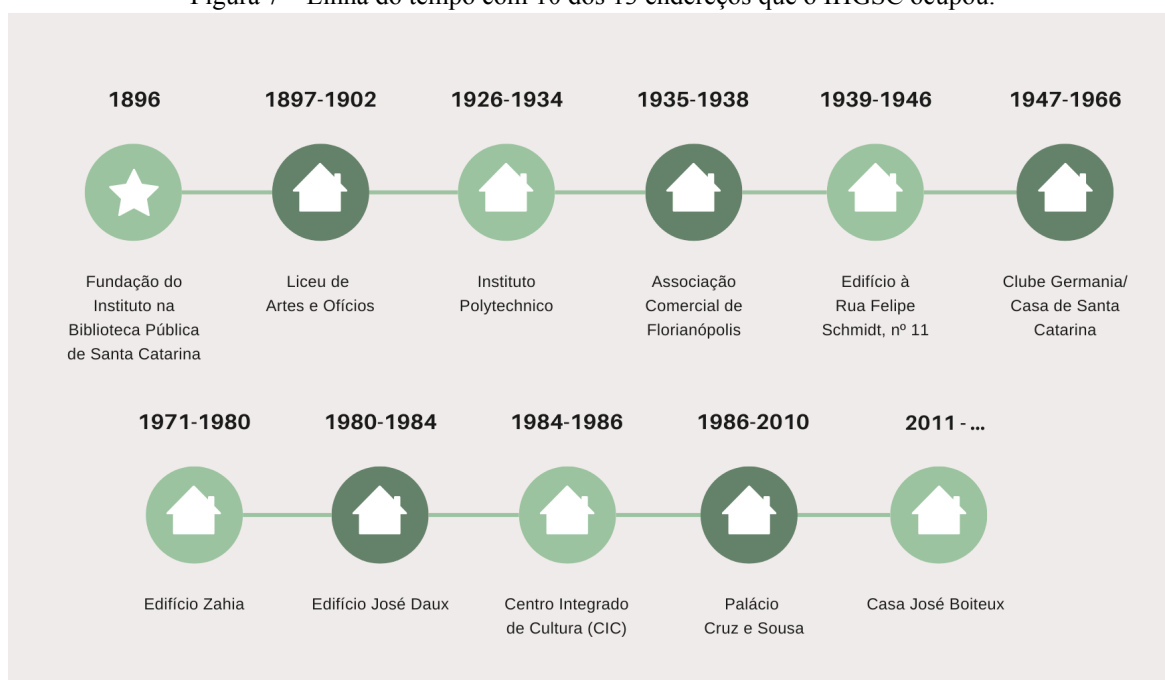
O espaço físico é muito pequeno, compreendido por duas salas de 11x12 metros, sendo uma destinada ao arquivo fotográfico, mapoteca e sala de reuniões, e a outra para a disposição do acervo bibliográfico (RÉGIS, 2007, p. 12).

A partir dessas indicações feitas por Régis, entende-se a razão da última transferência do Instituto, articulada pela gestão de Carlos Humberto Corrêa²³. Quando a Lei nº. 15.382 de dezembro de 2010 é sancionada, cedendo gratuitamente o antigo prédio que abrigou o Instituto Polytechnico e a Academia do Comércio de Santa Catarina, o Instituto conquista, enfim, uma sede por 99 anos. Essa transferência reuniu três feitos de José Boiteux: o prédio construído para o Instituto Polytechnico, o Instituto Histórico e a Academia Catarinense de Letras. Por isso, a sede foi batizada Casa José Boiteux.

Grisard (2015), Piazza (1996) e o Estatuto do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (2018) trazem algumas informações divergentes sobre as sedes, como seu tempo de permanência e comentários sobre as atividades institucionais que desenvolveram em cada uma. Com o objetivo de elucidar, elaborei uma linha temporal suprimindo as sedes em que o Instituto ocupou por até 1 ano, a fim de não estendê-la.

²³ “A ideia de ampliar os espaços da instituição foi meta de Carlos Humberto Corrêa. [...] Desde o primeiro momento em que se tornou viável a restauração do prédio e o compromisso oficial destinado ao IHGSC e ACL, disponibilizando-o ao alcance da comunidade, o presidente do IHGSC incorporou ao seu cotidiano a missão de tornar realidade este empreendimento” (GRISARD, 2015, p. 126).

Figura 7 – Linha do tempo com 10 dos 13 endereços que o IHGSC ocupou.



Fonte: Elaboração da autora/2025.

Ilustrando a itinerância do Instituto nesta linha do tempo, pode-se analisar e destacar que as sedes com maior permanência também são as que recebem as primeiras menções à organização do acervo: a Casa de Santa Catarina, com a biblioteca e museu; o Edifício Zahia, com a biblioteca; e o Palácio Cruz e Sousa, com a entrada do efetivo para a biblioteca e atendimento. Assim, confirmam-se os debates de sua trajetória: o maior impeditivo para a organização e o tratamento do acervo institucional foi a existência de uma sede. Aliado a ela, temos uma problemática que custará uma pesquisa ainda mais aprofundada com o objetivo de recuperar informações documentais sobre o acervo: as perdas. Mencionadas no episódio de desmoronamento da Casa de Santa Catarina, não existem informações do que se perdeu, assim como, com isso, abre-se margem para questionar possíveis outros extravios em cada uma das transferências de sede.

Consequentemente, o que se pode tirar dessas mudanças é a confusão entre a história do Instituto e de sua própria vulnerabilidade, revelando como a ausência de estabilidade repercutiu diretamente na preservação deste acervo tão importante para a Memória Catarinense.

Desde a instalação no Palácio Cruz e Sousa, o acervo do Instituto foi organizado a partir do trabalho acadêmico voluntário, fruto de dissertações, monografias e trabalhos de conclusão de curso, e de projetos de ensino, pesquisa e extensão feitos em parceria com cursos pertencentes às Universidades Estadual e Federal de Santa Catarina, principalmente

nos campos da Arquivologia, da História e da Biblioteconomia. Estes projetos, datados entre 1994 e 2012, buscaram identificar e indexar os acervos arquivístico, bibliográfico e iconográfico.

Mesmo com a produção acadêmica, ainda é impossível quantificar a totalidade do acervo pertencente ao Instituto. A existência de um número aproximado de itens só existe a partir de um levantamento dos trabalhos desenvolvidos, cuja maioria tem como enfoque o arquivo de José Arthur Boiteux doado em 1989 por sua família. A partir dele informações sobre o acervo, suas tipologias, o trabalho efetuado e a quantidade de itens foram recuperados parcialmente.

O primeiro de seu tipo foi a dissertação de Eliana M. dos Santos Bahia, consócia do Instituto, realizada em 1994. A autora traça um perfil sobre José Arthur Boiteux, utilizando da metodologia arquivística para analisar seu arquivo pessoal, e enfatiza a doação de um número superior à 40 mil itens. Destes, 33.319 itens foram catalogados e organizados durante o desenvolvimento de seu trabalho, sendo divididos na tabela que se encontra em seguida:

Tabela 1 – Tipologias e números relacionados ao Arquivo de José Arthur Boiteux.

TIPOLOGIA DOCUMENTAL	QUANTIDADE
Documentação Pessoal	1.002 peças
Série Correspondência	5.341 peças
Produção intelectual	1.232 peças
Série Jurídico-Administrativa	1.009 peças
Série Política	2.000 peças
Recortes de jornal	10.735 peças
fotografias/Postais	12.000 peças

Fonte: BAHIA, Eliana M.dos Santos (1994) apud CUNHA, M. T. S. (2008).

Outros trabalhos desenvolvidos posteriormente neste mesmo arquivo, entretanto, tiveram acesso à uma pequena parcela de sua totalidade ou afirmam que ele possua menos itens²⁴, evidenciando um cenário de imprecisão e descontinuidade. Essa divergência soma complexidade junto da inexistência de um registro de inventário, anterior e/ou posterior à doação, e acaba configurando aqui o maior obstáculo para a deliberação de um quantitativo

²⁴ “[...] Se destaca o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, local onde atualmente se encontra depositado o chamado Arquivo de José Arthur Boiteux, doado pela família a essa Instituição em 1989, com cerca de 30 mil documentos que permitem pensar na relação deste homem público com a cidade” (SILVA, 2012, p. 207).

total do acervo. Apesar do objetivo desta seção seja trazer a organização do acervo como um todo, abaixo elaborei uma tabela com o levantamento de trabalhos e projetos realizados no Arquivo de José Boiteux, com o objetivo de recuperar o máximo de informações possíveis relacionadas à organização do acervo do Instituto.

Tabela 2 – Levantamento de trabalhos e projetos realizados apenas no Arquivo de José A. Boiteux.

AUTOR/A/ES	TRABALHO/PROJETO	DATA DE REALIZAÇÃO
BAHIA, E. M. S.	Perfil de José Arthur Boiteux: um construtor da Cultura Catarinense (dissertação)	1994
CUNHA, M. T. S.; equipe	O acervo de José Arthur Boiteux: primeiras aproximações (projeto/LABHPAC)	2006
CUNHA, M. T. S.; equipe	“Como prova de estima e amizade”: retratos do acervo de José Boiteux (projeto/LABHPAC)	2006
RÉGIS, P.	Relatório de Estágio Supervisionado em Biblioteconomia ²⁵	2007
CUNHA, M. T. S.	Territórios de muitas escritas: os arquivos pessoais dos irmãos Boiteux/ Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, séculos XIX e XX (projeto de pesquisa)	2007-2010
CUNHA, M. T. S.; equipe	Mergulhando em letras: Incursões aos cadernos de Henrique Boiteux (projeto/LABHPAC)	2008
CUNHA, M. T. S.; equipe	Dos jornais aos cadernos: escritas ordinárias selecionadas por José Arthur Boiteux (projeto/LABHPAC)	2008
CUNHA, M. T. S.; equipe	Mistérios de uma pasta azul: um estudo sobre documentos diversos do acervo pessoal da Família Boiteux (projeto/LABHPAC)	2008

²⁵ O Relatório de Estágio Supervisionado de Patrícia Régis da Silva, realizado no Instituto em 2007, foi o primeiro trabalho – a que se teve acesso – a explorar o tratamento do acervo em suas frentes de identificação, classificação, registro, conservação e restauração, digitalização e arquivamento.

AUTOR/A/ES	TRABALHO/PROJETO	DATA DE REALIZAÇÃO
CUNHA, M. T. S.; equipe	Miscelâneas da História: Um estudo sobre documentos diversos da família Boiteux (projeto/LABHPAC)	2009
CUNHA, M. T. S.; BORGES, V. T.; equipe	Papéis refutados: das cinzas ao conhecimento (projeto/LABHPAC)	2010
CUNHA, M. T. S.; BORGES, V. T.; equipe	fotografias, contrastes, perspectivas: a sombra das expressões (projeto/LABHPAC)	2010
CUNHA, M. T. S.; CHEREM, R. M.	Refrações de uma coleção fotográfica: imagem, memória e cidade. Florianópolis/SC (livro)	2011
MORTARI, C.	Indexação de documentos históricos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina: Arquivo de José Boiteux (dissertação)	2012
CUNHA, M. T. S	(Des)Arquivar: arquivos pessoais e ego documentos no tempo presente	2019

Fonte: Elaboração da autora.

Pode-se destacar que, a partir de 1997, a maior parte do tratamento e organização foi realizado na cadeira de Estágio Supervisionado em Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação da Dr.^a Eliana Bahia, e dentro do Laboratório de História e Patrimônio Cultural (LABHPAC) da Universidade Estadual de Santa Catarina, sob orientação de Maria Teresa da Cunha. No entanto, muitos destes relatórios²⁶ não estão disponíveis em nenhum repositório, dificultando o acesso integral de informações. Para trazer informações concretas, selecionei e obtive acesso apenas ao Relatório de Estágio Supervisionado em Biblioteconomia de Patrícia Régis da Silva, por ter sido bibliotecária do Instituto Histórico entre 2008 e 2020, e foi a partir dele que pude descobrir mais informações.

Em seu Estágio Supervisionado, Patrícia desenvolveu o processamento técnico de 80 fotografias, adotando um “método numérico simples para auxiliar na organização e no acesso

²⁶ Em consulta ao Currículo Lattes da Prof.^a Dr.^a Eliana Bahia, levantou-se ao menos 20 trabalhos relacionados ao Arquivo Fotográfico do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Nenhum deles está no repositório do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina, o que impediu o preenchimento de lacunas sobre o tratamento do acervo do Instituto.

às imagens fotográficas no meio físico”. Ela, entre todos os trabalhos desenvolvidos no acervo e disponíveis para consulta, descreveu de maneira mais completa o funcionamento do antigo banco de dados do Instituto.

Este sistema de documentação²⁷, produzido por Arnaldo Braun em 1989, foi construído especificamente para o Instituto e levava o nome de “Sistema de Documentação Fotográfica”. A versão utilizada por Patrícia foi atualizada para 2005-2006 e possuía a seguinte interface:

Figura 8 – Tela principal do Sistema de Documentação Fotográfica do IHGSC.

Informações sobre o Cadastro

Código: 001303

Anexar Imagem Original Anexar Imagem Restaurada

Última Atualização: 05/06/2007 17:45 PATY

Miniatura (original)

Características Identificação Resumo histórico Observações Indexação

Cadastramento: ☒ Preliminar ☐ Definitivo Capturar dados antigos

Imagens: ☒ Original ☐ Restaurada Largura: 13,0 (cm) Altura: 7,4 (cm)

Tipo: ☐ Foto ☐ Contato ☐ Negativo ☐ Audio Visual ☒ Cartão Postal / Revista

Substrato: ☒ Papel ☐ Celulóide ☐ Vidro ☐ Litográfico

Cor: ☒ Preto & Branco ☐ Colorido

Aquisição: ☒ Doação ☐ Compra ☐ Empréstimo

Qualidade: ☐ Péssima ☐ Regular ☐ Boa ☒ Ótima

Conservação: ☐ Rasgado ☐ Escrito ☐ Manchado ☐ Colado ☐ Fungo / Traça ☐ Desbotado

OK + Ant. OK OK + Post. Ignorar

Fonte: RÉGIS, P. (2007).

Apesar da ex-bibliotecária da instituição ter apresentado e explicado as diversas telas desta base de dados e seu funcionamento, ela não chega a explorar informações anteriores ao seu relatório – como os trabalhos desenvolvidos desde 1989, a quantidade de fotografias registradas até o momento de seu estágio e quais eram os processos utilizados para registro antes do início de seu exercício profissional.

Apesar dessa lacuna, tive acesso a um catálogo impresso de indexação das fotografias, produzido pela egressa Rosana Cunha Pacheco e realizado em Estágio Supervisionado no ano de 2002. Este apresentava-se em uma tabela e contava com 3 seções com variação de

²⁷ Por “Sistema de Documentação” entendo como um sistema capaz de “gerir e organizar seu acervo a partir da entrada, quando são realizados os procedimentos de seleção e aquisição; da organização e controle, referentes aos processos de registro, número de identificação/marcação, armazenagem/localização, classificação/catalogação e indexação; e das saídas, momento da recuperação e disseminação da informação” (FERREZ, 1994 apud PADILHA, 2014).

metadados. Estas dividem-se em: Catálogo Geral, Catálogo a partir da Indexação e Catálogo a partir do Local. A partir dele, obtive o quantitativo parcial de 1250 fotografias. Ao tentar pesquisar no acervo a partir dele, percebi que sua numeração foi atualizada, tornando-o obsoleto. Como não obtive acesso à outras produções sobre o acervo entre 2002 e 2007, não pude encontrar uma produção que relatasse a atualização ou mudança da forma de catalogação do Arquivo Fotográfico.

Voltando ao sistema, temos o registro de mais uma lacuna no tratamento do acervo. Em algum momento a aplicação (*software*) criada por Braun foi excluída do computador em que estava hospedada, restando apenas as fichas cadastrais provenientes dele. Estas foram impressas, separadas pela quantidade de fotografias que estão acondicionadas em cada pasta organizadora e são utilizadas até hoje para a consulta e pesquisa na Biblioteca Institucional. Foi a última organização registrada que o Instituto recebeu e que tive acesso, tendo um quantitativo de 3.248 fotografias.

Em 2023, foi aprovado o Projeto de Implantação do Espaço Museológico do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Este projeto, regido pela Coordenação Técnica da Dr.^a Andréa Reis da Silveira, teve início em janeiro de 2024 e propôs em sua primeira etapa o diagnóstico e gestão dos acervos. Estruturou-se pela pesquisa da formação do acervo e uso das coleções, a elaboração de uma política de aquisição e descarte, a elaboração de um manual de organização do arquivo documental, a produção de um arrolamento e um inventário, a construção de um banco de dados para registrar a documentação e, por fim, a conservação preventiva das peças. Essa é a primeira vez que o acervo recebe uma abordagem museológica. Abaixo temos a interface do banco de dados desenvolvido pelo projeto:

Figura 9 – Interface de abertura do Banco de Dados do IHGSC.

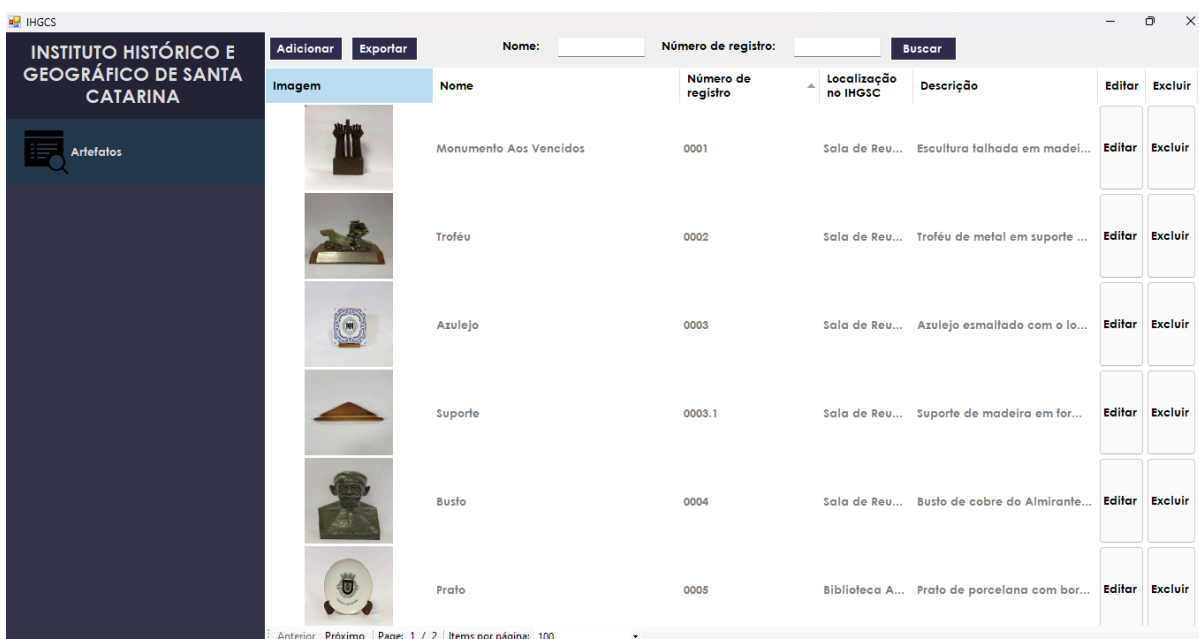


Imagem	Nome	Número de registro	Localização no IHGSC	Descrição	Editar	Excluir
	Monumento Aos Vencidos	0001	Sala de Reu...	Escultura talhada em madei...	Editar	Excluir
	Troféu	0002	Sala de Reu...	Troféu de metal em suporte ...	Editar	Excluir
	Azulejo	0003	Sala de Reu...	Azulejo esmaltado com o lo...	Editar	Excluir
	Suporte	0003.1	Sala de Reu...	Suporte de madeira em for...	Editar	Excluir
	Busto	0004	Sala de Reu...	Busto de cobre do Almirante...	Editar	Excluir
	Prato	0005	Biblioteca A...	Prato de porcelana com bor...	Editar	Excluir

Fonte: Projeto de Implantação do Espaço Museológico do IHGSC (2024).

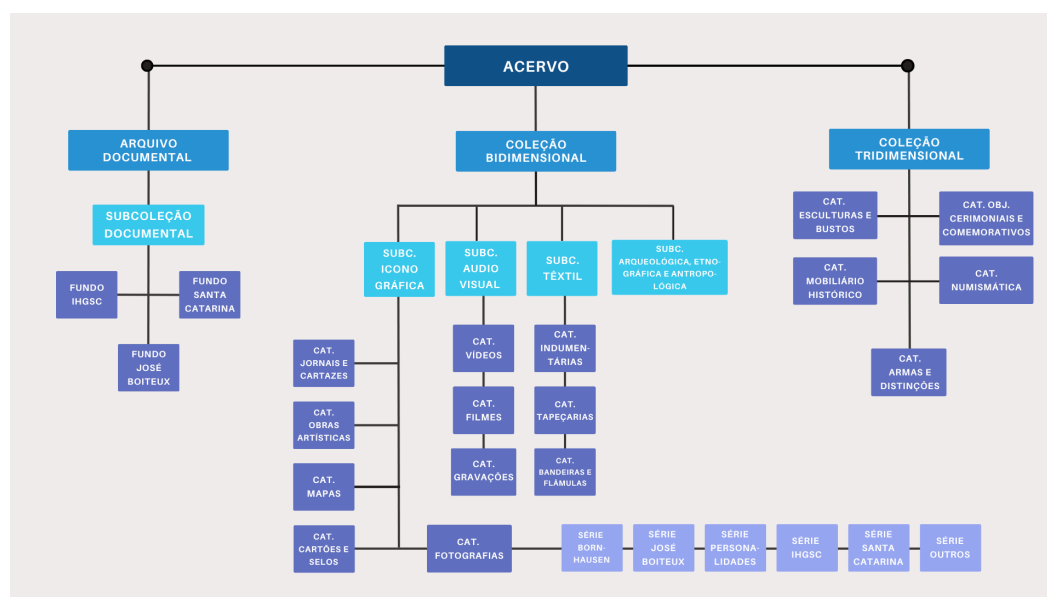
Após 4 anos do encerramento do exercício profissional da ex-bibliotecária, o acervo permaneceu da mesma forma, mas não possuía nenhum tipo de relatório, manual, política ou documento institucional que pudesse servir de guiamento ou auxiliar no diagnóstico do acervo. Ao longo dos 6 meses de projeto, foram levantados itens tridimensionais e, quando o levantamento passou a tratar de itens bidimensionais, os arquivos da Biblioteca foram adentrados, surgindo a constatação de que nenhum inventário anterior foi finalizado. Sem documentação disponível sobre o Sistema de Documentação Fotográfica, sem informações sobre a existência de coleções e sem um inventário atualizado, a equipe do projeto enfrentou dificuldades para realizar o diagnóstico proposto. Este deu seguimento em sua segunda fase, iniciada em janeiro de 2025 e finalizada em outubro do mesmo ano.

O acervo do IHGSC, de forma isolada, é constituído por uma ampla variedade de tipologias: coleção de livros e obras raras, revistas, jornais e periódicos, documentos administrativos e correspondências, além de mapas, fotografias, mídias de suporte audiovisual e obras artísticas, como pinturas e esculturas. Os assuntos se concentram em tópicos relacionados a história, a geografia, a etnografia, a arqueologia, a genealogia, a antropologia, a imprensa, a vida política e seus personagens no Estado de Santa Catarina e à própria memória do Instituto e de seus membros, que participaram e participam ativamente de ações em meio à todas as áreas citadas. À título de sua procedência, grande parte dos itens foi majoritariamente adquirida através da doação feita por familiares e instituições, como o caso da doação do arquivo de José Boiteux.

No que se refere especificamente à fototeca, o Instituto afirma possuir aproximadamente 20 mil fotografias, o que sugere que, ao desconsiderar o número de fotografias e cartões postais registrado por Bahia (1994), o acervo institucional possa conter aproximadamente 10 mil imagens.

Em 2024 e 2025, a partir da abordagem museológica proveniente do último projeto desenvolvido no Instituto Histórico, teve-se a construção do primeiro mapeamento estrutural do acervo institucional.

Figura 10 – Mapa da estrutura classificadora do acervo institucional.



Fonte: Projeto de Implantação do Espaço Museológico do IHGSC/2025.

A Coleção Santa Catarina²⁸, localizada na categoria Fotografias, dentro da Subcoleção Iconográfica do Instituto (Figura 10), é um conjunto formado por 39 pastas e aproximadamente 845 fotografias. Constituída inicialmente em virtude de uma exposição apresentada no X Congresso Brasileiro de Geografia em 1944, a coleção possui fotografias cedidas pelo Departamento Estadual de Estatística (D.E.E) e da Diretoria de Geografia e Terras, antigo órgão público do Governo Catarinense, até o período do congresso.

As fotografias eram organizadas dentro da exposição nos seguintes painéis:

1. Clima e Vegetação – 9 fotografias;
2. Destruição da floresta – 4 fotografias;
3. População;

²⁸ Neste trabalho, o termo coleção é compreendido a partir das formulações de Krzysztof Pomian: “qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora de circuito das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao olhar do público” (POMIAN, 1984 apud GOMES, 2018, p. 23).

4. As ilhas – 8 fotografias;
5. A costa – 17 fotografias;
6. Relevo e hidrografia – 20 fotografias;
7. O rio e o homem – 11 fotografias;
8. Utilização do relevo – 17 fotografias;
9. Cidades de colina;
10. Planalto pastoril – 15 fotografias;
11. Transposições da Serra Geral;
12. Obras públicas e função geográfica – 15 fotografias.

Contudo, no decorrer de sua organização dentro do Instituto, fotografias de procedências diferentes e sem relação direta com a exposição foram acrescentadas – como fotografias do Arquivo Boiteux, preservando um intervalo de tempo aproximado. Suas pastas são organizadas pelo nome de cada município que representam, sendo contabilizadas ao menos 39 cidades. Nenhuma das fotografias possui ficha de catalogação, sendo as únicas informações disponíveis as comentadas no artigo “Santa Catarina no X Congresso Brasileiro de Geografia” (1944), de autoria de Victor Antônio Peluso Júnior²⁹, ou por identificações feitas no verso de cada uma.

Tabela 3 – Municípios e quantidade de itens por pasta.

CIDADE	FOTOS	CIDADE	FOTOS	CIDADE	FOTOS
Araquari	19	Ibirama	17	Rio das Antas	2
Araranguá	32	Imbituba	13	Rio do Sul	45
Biguaçu	7	Indaial	1	Rodeio	13
Brusque	70	Itajaí	4	São Bento do Sul	13
Caçador	24	Itaiópolis	16	São Francisco do Sul	9
Campo Alegre	2	Jaguaruna	35	São Joaquim	27

²⁹ Victor Antônio Peluso Júnior (Florianópolis, 1909-1994) foi um geógrafo, professor e servidor público brasileiro dedicado ao estudo e à cartografia de Santa Catarina e à organização geográfica do território. Formado em Geografia e Engenheiro-Geógrafo, atuou em importantes órgãos estaduais e nacionais – incluindo o Departamento Estadual de Geografia e Cartografia e campanhas de coordenadas geográficas do Conselho Nacional de Geografia — e exerceu funções públicas como secretário de Estado. Foi professor da Universidade Federal de Santa Catarina, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, membro da Academia Catarinense de Letras e da Associação dos Geógrafos Brasileiros, além de colaborar com o desenvolvimento de políticas públicas e com a formação de geógrafos no estado (GUIDI, 2012).

CIDADE	FOTOS	CIDADE	FOTOS	CIDADE	FOTOS
Campos Novos	6	Jaraguá do Sul	8	São José	5
Canoinhas	7	Joaçaba	30	São Pedro de Alcântara	10
Concórdia	6	Joinville	26	Tijucas	1
Criciúma	35	Lages	36	Timbó	71
Curitibanos	6	Laguna	41	Tubarão	27
Florianópolis	26	Orleans	56	Urussanga	36
Gaspar	10	Porto União	34	Videira	19

Fonte: Elaboração da autora.

Ao considerar o período de constituição da coleção, é necessário recuperar o número de municípios que Santa Catarina possuía à época. Entre 1940 e 1950, Santa Catarina estava com 44 a 52 municípios³⁰, isso configura uma abrangência de 73,1% a 86,4% do estado nesse intervalo – apesar da criação e extinção do Território do Iguaçu, abordado no 2.1. Na tabela acima estão disponíveis todas as cidades identificadas e, ao lado de cada, sua quantidade de itens.

Tratando as pastas de maneira isolada, constatou-se que não existem pesquisas que identifiquem, cataloguem e/ou pesquisem as fotografias, abrindo a possibilidade para surgirem, inclusive, novas pastas a partir de fotografias arquivadas em determinada cidade, como o caso de Videira, Rio das Antas e Caçador – o agrupamento de fotografias das cidades de Videira e Rio das Antas surgem a partir da pasta de Caçador. Essa possibilidade confirma-se ao conferir o último levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): atualmente Santa Catarina possui 295 municípios e muitos destes eram distritos de cidades listadas na tabela.

³⁰ SILVA, F. J (2008), p. 211-212.

Abaixo temos um mosaico apresentando parte das fotografias que integram a Coleção.

Figura 11 – Parcial de fotografias da Coleção Santa Catarina.



Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

4. O OESTE CATARINENSE E SUA REPRESENTAÇÃO NO ACERVO

Nos capítulos anteriores o debate sobre a construção de uma identidade que representa Santa Catarina evidencia lacunas históricas ao deslocarmos o olhar para uma região geográfica com um passado de consolidação territorial conturbado: o Oeste. As fotografias selecionadas para compor a Coleção Santa Catarina registram um ideário que não apenas reflete a percepção da elite político-intelectual da época, mas funcionam como um registro histórico de uma narrativa construída.

Ao trazer para a luz dos tempos atuais, munida das percepções historiográficas apresentadas ao longo deste trabalho, selecionei 1 fotografia por cidade oestina contemplada na composição da exposição, somando 7 fotografias no total. Estas passaram por uma análise semiótica histórica e informacional, assim como foram enquadradas em fichas de catalogação produzidas especialmente para o desenvolvimento da discussão deste capítulo.

Assim, a primeira seção busca, a partir de um panorama geral, aprofundar a seleção das fotografias e apresentar cada uma das cidades a partir da “história oficial” veiculada nos *sites* de suas respectivas Prefeituras. A partir do panorama, elaborou-se o desenho das narrativas retratadas, mapeando seus vínculos regionais e seus personagens de destaque para que, na segunda seção, os símbolos que as edificam sejam identificados no recorte proposto.

4.2 Panorama da Coleção

Hall (2016), ao discutir cultura como prática representacional, entra em diálogo com a noção foucaultiana de discurso e complementa a leitura ao afirmar que os sentidos culturais são formulados no interior de práticas discursivas, que determinam quem pode falar, sobre o quê e a partir de qual posição, evidenciando o caráter necessariamente seletivo, hierárquico e político da produção cultural.

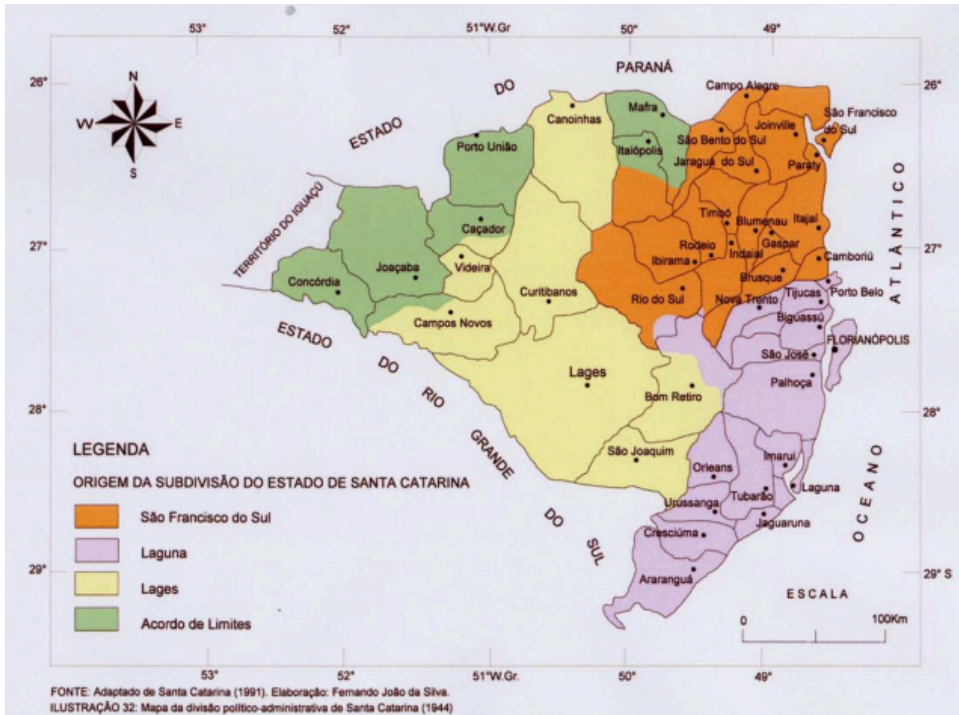
No caso da coleção de fotografias, a salvaguarda executada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina configura uma escolha institucional, refletindo objetivos que reafirmam, mesmo que passivamente, um projeto político-identitário promovido na época pela agenda de Nereu Ramos. Ao escrever sobre a exposição para a Revista Brasileira de Geografia, Peluso Júnior (1944) registra comentários sobre sua participação na Comissão “designada pelo Exmo. Sr. Interventor de Santa Catarina” para organizar a exposição que foi apresentada no X Congresso Brasileiro de Geografia. Além de Peluso Júnior, a comissão foi composta por José Nicolau Born e Aroldo Caldeira e teve a execução dos mapas feita pelos cartógrafos José Baião, Milton Lehmkuhl, Valdir Gil e B. Fernandez. Foram, ao todo, apresentados 12 painéis e a exposição

Foi ilustrada com mapas, fotos e antigos mapas confeccionados no século XIX, apresentando quadros sobre o clima, vegetação, destruição das florestas, população, ilhas, costa, relevo, hidrografia, o rio e o homem, cidades de colina, planalto pastoril, transposições da Serra Geral e, por último, obras públicas e a função geográfica (GUIDI, 2010, p. 176-177).

Entre as 39 pastas provenientes dessa coleção, percebe-se a ausência de cidades mais antigas do extremo-oeste, como Chapecó. Essa exclusão, como elaborado no 2.1, se dá pela criação do Estado do Iguaçu em 1943, que abrangia o extremo-oeste de Santa Catarina e o oeste do Paraná. Este estado foi extinto em 1946 e “Santa Catarina retoma o município de Xapecó (Chapecó), perfazendo um total de 45 municípios” (GUIDI, 2008).

Na Figura 12 podemos ver como o mapa de Santa Catarina era dividido em 1944, ano em que ocorre a seleção de fotografias para a exposição apresentada no X Congresso Brasileiro de Geografia.

Figura 12 – Mapa da divisão político-administrativa de Santa Catarina em 1944.



Fonte: SILVA, F. J (2008).

Considerando esse desmembramento territorial, a Coleção Santa Catarina possui apenas 7 pastas que representam cidades localizadas na Região Oeste – Caçador, Campos Novos, Concórdia, Curitibanos, Joaçaba, Rio das Antas e Videira – e estas somam 94 fotografias, cerca de 11,48% da coleção total. Esse quantitativo será utilizado como recorte para a análise desenvolvida no subcapítulo seguinte.

Em seguida, apresento brevemente cada uma das cidades a partir de narrativas oficiais veiculadas nos sites de suas respectivas prefeituras.

- Caçador:

Localizada no Alto Vale do Rio do Peixe, a cidade de Caçador era coberta por uma mata fechada. Inicialmente, no Século XIX, foi ocupada por caboclos mateiros descendentes de indígenas Kaingang e Xokleng, que viviam da extração de erva-mate e pinhão. Tornou-se rota de tropeiros entre o Rio Grande do Sul e São Paulo e, após a Lei de Terras, teve a consolidação de pequenas propriedades, tendo a Fazenda Faxinal do Bom Sucesso marcando a ocupação local. Com a construção da estrada de ferro, entre 1907 e 1910, imigrantes foram atraídos, consolidando vilarejos e, mais tarde, a cidade, surgindo seu comércio e as serrarias. A partir da década de 1930, o desenvolvimento destas e a exploração madeireira deram forma

à economia local, que depois se diversificou com a indústria e o setor de serviços (PREF. DE CAÇADOR, 2025).

- Campos Novos:

Inicialmente ocupada por indígenas Kaingang, Campos Novos começa a ser ocupada por imigrantes europeus a partir dos Séculos XVII e XVIII. Somado ao tropeirismo e a construção da ferrovia, o povoamento e o surgimento de vilarejos foi impulsionado, trazendo pessoas de diversas regiões. A ocupação efetiva iniciou entre 1825 e 1830, com fazendeiros vindos de Curitiba, Lages e do Rio Grande do Sul. Em 1854, a cidade é elevada a distrito e, em 1881, a município. Após a Guerra do Contestado, os fluxos migratórios se intensificaram e, após a metade do Século XX, a economia se fortaleceu com o cooperativismo, consolidando a cidade como “Celeiro Catarinense”, isto é, o polo de abastecimento regional. Hoje é uma posição estratégica entre grandes rodovias e pelo papel como ponto de passagem no Mercosul (PREF. DE CAMPOS NOVOS, 2025).

- Concórdia:

A região de Concórdia foi inicialmente habitada por povos Tupi-Guarani, cuja presença se manteve até o século XVIII, quando os conflitos com bandeirantes e bugreiros provocaram seu afastamento. A construção da Estrada de Ferro São Paulo–Rio Grande, entre 1908 e 1910, abriu caminho para a ocupação do Meio-Oeste e a chegada dos primeiros colonos. A partir de 1912, a subsidiária da *Brazil Railway Company, Brazil Development and Colonization Company*, impulsionou a colonização atraindo imigrantes de origem italiana e alemã, vindos do Rio Grande do Sul. Estes formaram os primeiros núcleos, entre eles a antiga colônia de Queimados, que passou a se chamar Colônia Concórdia em 1925, simbolizando o acordo entre o caudilho José Fabrício das Neves e representantes da companhia colonizadora. Com o rápido crescimento e insatisfação com a dependência administrativa de Cruzeiro (Joaçaba), foi elevado a distrito em 1927 e alguns anos depois, em 1934, obteve autonomia municipal. Ao longo das décadas seguintes, a cidade se consolidou como um centro de colonização, agricultura e organização cooperativista dentro do Oeste catarinense (PREF. DE CONCÓRDIA, 2025).

- Curitibanos:

Curitibanos teve seu território inicialmente ocupado por indígenas Botocudos, cuja resistência dificultou as primeiras tentativas de colonização. No século XVIII, os tropeiros que cruzavam o planalto catarinense utilizaram a região como pouso, destacando seus campos estratégicos. O capitão Antônio Pereira, da comitiva fundadora de Lages, reconheceu a região e logo instalou a Fazenda dos Curitibanos, posteriormente abandonada devido aos ataques indígenas. No início do século XIX, a persistência de colonos permitiu o surgimento de um pequeno povoado, elevado em 1851 ao distrito de “Curitibanos e Campos Novos Reunidos”. Em 1864, tornou-se Freguesia de Nossa Senhora da Conceição e em 11 de junho de 1869 conquistou sua emancipação municipal. Ao longo dos séculos, Curitibanos enfrentou marcos como o tropeirismo, a Revolução Farroupilha, a Revolução Federalista e a Guerra do Contestado, consolidando-se como cidade de trabalho, progresso e desenvolvimento no planalto catarinense (PREF. DE CURITIBANOS, 2025).

- Joaçaba³¹:

Joaçaba tem origem no processo de ocupação do Oeste catarinense, iniciado no século XVIII, e é marcada pelas disputas de litígios entre Brasil e Argentina e entre Paraná e Santa Catarina. Incorporada definitivamente a Santa Catarina após a resolução dessas disputas, foi fundada em 1917 sob o nome de “Cruzeiro”, passando por reorganizações administrativas até assumir a denominação atual. Sua colonização consolidou-se a partir do início do século XX, com a chegada de imigrantes gaúchos de ascendência italiana e alemã, atraídos pelas terras férteis do Vale do Rio do Peixe e pelas oportunidades produtivas. Com a estabilização política em 1926 e o desenvolvimento da ferrovia, Joaçaba expandiu-se economicamente, abrindo espaço para as primeiras indústrias de implementos agrícolas. Ao longo do século XX, tornou-se polo econômico e industrial do Meio-Oeste catarinense, posição que mantém até hoje (PREF. DE JOAÇABA, 2025).

- Rio das Antas:

A formação de Rio das Antas remonta à década de 1910, quando a construção da estrada de ferro, pela *Brazil Railway Company*, atraiu os primeiros colonos. Em 1911, famílias do Vale do Itajaí e do Rio Grande do Sul, em grande parte descendentes de italianos e alemães,

³¹ Joaçaba é o único município entre os aqui listados que dentro da página da prefeitura onde se aborda a história da cidade não veicula nenhuma referência sobre a presença indígena no território.

adquiriram terras acessíveis e iniciaram a ocupação agrícola. A Guerra do Contestado impactou diretamente a região: em 1914, ataques de jagunços provocaram o abandono de propriedades e o deslocamento forçado de colonos para o Paraná. Apenas em 1918 teve início o repovoamento, agora concentrado próximo à foz do Rio do Peixe, onde a extração de pinheiro passou a gerar riqueza e atrair novos imigrantes gaúchos. Em 1919, Rio das Antas tornou-se distrito de Campos Novos, sendo elevado a município em 21 de junho de 1958. O nome faz referência às antas que habitavam as margens do Rio do Peixe. Hoje, destaca-se pelas atividades agropecuárias, especialmente erva-mate, leite, suínos, aves, grãos, fruticultura e reflorestamento (PREF. DE RIO DAS ANTAS, 2025).

- Videira:

A cidade de Videira surgiu como Rio das Pedras, uma localidade que foi batizada por construtores da estrada de ferro. Situada às margens do Rio do Peixe, foi desmembrada de Campos Novos pelo Decreto-lei estadual n.º 941 e elevada a município em 1944, unindo duas vilas separadas pelo rio, Perdizes e Vitória, formadas por imigrantes alemães e italianos vindos do Rio Grande do Sul a partir de 1918. Antes de sua colonização, o território era ocupado por indígenas Kaingang e por caboclos, que circulavam na região. Seu nome faz referência a vitivinicultura, que se destaca desde 1913 e é responsável pelo título de Capital Catarinense da Uva e do Espumante. Junto disso, temos um ambiente agrícola que inicia sua consolidação com a fundação, em 1934, da Perdigão, que foi fundada por famílias locais para aproveitar os excedentes suínos e avícolas locais, tornando-se posteriormente um dos maiores complexos agroindustriais do país, a BRF. Nas décadas seguintes, a criação e emancipação de distritos como Tangará, Fraiburgo e Pinheiro Preto reforçou o papel de Videira como centro regional (PREF. DE VIDEIRA, 2025)

As histórias dessas cidades compartilham mais do que simples similaridades, mas um processo de construção em comum. A presença de populações indígenas é apontada em quase todos os históricos disponibilizados pelas Prefeituras – claro que como pertencentes à um passado remoto – e, apesar de alguns não obterem essa informação destacada, é impossível negá-la após a ascensão de pesquisas arqueológicas recentes³². Ao serem incluídos nas narrativas históricas, as prefeituras destacam os povos Kaingang e Xokleng, pertencentes ao

³² “Os povos indígenas que habitavam a região eram preponderantemente os Kaingangs e Xoklengs, pertencentes ao grupo Jê. A relação dos invasores com os diversos povos indígenas era uma relação entre colonizador e colonizado e implicava uma situação de exploração contínua, nem sempre facilmente perceptível, desde o passado até o presente, mas que implicou a expropriação de suas terras, de suas vidas e de sua cultura” (RADIN; CORAZZA, 2018, p. 126).

grupo linguístico Jê, e em alguns casos até elaboram as questões conflituosas entre o contato de indígenas e colonizadores.

Do outro lado, temos mais um elo de conexão: a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. A construção da Linha Sul cortou o meio-oeste catarinense, seguindo o trajeto do Rio do Peixe, curso d'água que abastece a maioria dessas cidades. Esse empreendimento surge como um marco civilizatório, um momento que marca a entrada dessas cidades no mapa, e de forma alguma é apresentado como parte de um conflito maior. Muito pelo contrário, as ferrovias são apresentadas como “portão de entrada” para o progresso nesses centros urbanos em consolidação. Seus aparelhos ainda visíveis, mesmo que desativados, foram incluídos no centro urbano assumindo novas características, como centros comerciais, patrimônios históricos ferroviários ou como museus. Este elo é mais forte nas cidades que faziam parte do corredor do Contestado – como Videira, Rio das Antas, Curitibanos, Caçador e Joaçaba.

Por fim, nem todos os históricos incluem a população cabocla, apesar de ser subentendida pelo processo de ocupação da região, que é levantado na maioria dos históricos como iniciado nos Séculos XVIII e XIX. Contudo, é possível interpretar essa menção como uma revisão historiográfica tardia após o rompimento de um silenciamento promovido no Século XX. Nos registros históricos, são poucos os que mostram caboclos desvinculados à questão da Guerra e, quando há, a documentação falha em sua identificação, restringindo-o a uma figura despersonalizada.

Essas ‘apresentações’ municipais revelam um padrão discursivo recorrente que acompanha justamente o que foi registrado e salvaguardado na Coleção Santa Catarina: as narrativas municipais dão ênfase a uma fundação “oficial” a partir da chegada de imigrantes alemães e italianos. Esse destaque acontece em todas as localidades observadas e, mesmo que apresentem a ocupação de indígenas, caboclos e populações tradicionais, colocam-os à margem, como se não estivessem mais ali, como se não tivessem sido integrados ao centro urbano que fora criado. Ao enquadrá-los na narrativa, aparecem apenas como elemento “residual”, sem atuação ativa no processo de urbanização.

O recorte feito na Coleção Santa Catarina reitera esse discurso. As representações fotográficas a serem apresentadas no subcapítulo 4.3 focam em símbolos específicos da civilização construída pelo processo colonizatório – residências com arquitetura italiana ou alemã, estruturas estatais como delegacias e intendências, igrejas, comércios vinculados à empresas internacionais e eventos e programações culturais relacionadas ao cotidiano desses sujeitos. Em contrapartida, os sujeitos “anteriores” permanecem fora da visibilidade dos registros.

Os sujeitos materializados nessas narrativas não são os povos indígenas, a população cabocla ou as populações tradicionais, mas o colonizador e a materialização de um Estado que se constrói nas instituições que o integram. As cidades só passam a existir quando se registram os símbolos que o representam e, nesse processo, desloca as ocupações anteriores para a margem, fora do campo de representação que sustenta o mito fundador e legitima a cidade a partir da chegada dos imigrantes.

4.3. Recorte fotográfico analisado

Considerando o panorama apresentado e dando continuidade na análise, este subcapítulo que se inicia traz 7 das 94 fotografias que fazem parte do recorte regional efetuado na Coleção Santa Catarina. Apesar de terem sido escolhidas por mim, é necessário frisar que o conjunto não se desvincula em nenhum momento da percepção transmitida pela Comissão que as selecionou em primeiro lugar. A percepção é definida por Peluso Júnior (1944) como fotografias “capazes de constituir [...] uma visão fotográfica de que é o Estado de Santa Catarina, visto em seus diferentes aspectos”, então acabam por manter uma linearidade.

Assim, abaixo efetuou-se uma análise a partir de fichas construídas especialmente para abarcar as informações principais sobre cada fotografia – informações identificadoras, como título, local, período aproximado, autoria, suporte, fonte e descrição do registro. O objetivo desta análise não é apenas identificar paisagens, edifícios, figuras humanas ou eventos. Busco interpretar, a partir desses itens, as operações simbólicas que tornam determinados elementos visíveis e outros, silenciosos.

FICHA DE ANÁLISE 01		
IDENTIFICAÇÃO		
TÍTULO	“Estação Ferro-Viária de Rio das Antas”	
LOCAL	Rio das Antas, SC	
PERÍODO APROX.	c. 1910	
AUTORIA	Desconhecido	
SUPORTE	Papel fotográfico	
FONTE	IHGSC	
DESCRIÇÃO		Fotografia em preto e branco de uma Estação Ferroviária na antiga Vila de Rio das Antas, atual município de Rio das Antas. Apresenta um edifício construído em madeira à beira da linha férrea. Ao longo do trajeto representado, pode-se ver pilhas de madeira tratada amontoadas. É possível notar um vagão estacionado na linha, à esquerda. Em frente ao edifício, estão dois homens e duas crianças, três do grupo estão lado a lado e, mais atrás, está uma criança afastada. O homem que está de mãos dadas com a criança parece usar um uniforme de maquinista, enquanto o outro homem está com trajes mais comuns. Nos entornos pode-se notar a presença de araucárias no horizonte e uma espécie de "plantação" cercada atrás da estação. No verso da fotografia possui as seguintes inscrições: “Estação Ferro-Viária - Vila de Rio das Antas” e “Caçador”.

A primeira análise foi feita sobre a Ficha 01, que traz o registro da Estação Ferroviária de Rio das Antas, um dos distritos desmembrados de Caçador. A estação apresentada na fotografia é datada de 1910, sendo parte da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Em narrativas oficiais disponibilizadas pela Prefeitura de Rio das Antas, eles destacam que os imigrantes foram atraídos pela construção da estrada de ferro. Assim, esse enquadramento prioriza como eixo central o que “funda” a cidade: o trem, a linha férrea e sua estação ferroviária.

Como abordado no capítulo 2, a Brazil Railway Company recebeu o direito de explorar as terras em faixas de 15km de cada lado da linha férrea. Estes imigrantes atraídos, como afirma a narrativa oficial, não vieram para trabalhar na ferrovia, vieram pelas terras loteadas pela companhia construtora da estrada – “Em 1911, com a colonização, as terras com preços acessíveis atraíram colonos do Vale do Rio Itajaí e do Rio Grande do Sul, estrangeiros ou descendentes de italianos e alemães” (PREF. DE RIO DAS ANTAS, 2025). Ao relacionar

essas informações, pode-se afirmar que este registro se insere em uma narrativa que reforça um mito fundador.

Somada à questão do mito, temos neste enquadramento a vinculação da Estação Ferroviária com o desenvolvimento da economia local. O vagão de trem, as madeiras tratadas e empilhadas à beira da linha férrea e as araucárias no horizonte assinalam a extração de pinheiros e escoamento de madeira, uma questão amplamente pontuada sobre a economia da época que, a partir da Lumber, teve o surgimento de diversos outros empreendimentos madeireiros na região³³.

FICHA DE ANÁLISE 02		
IDENTIFICAÇÃO		
TÍTULO	<i>Sem título</i>	
LOCAL	Curitibanos, SC	
PERÍODO APROX.	c. 1941-1942	
AUTORIA	Desconhecido	
SUPORTE	Papel fotográfico	
FONTE	IHGSC	
DESCRIÇÃO		Fotografia em preto e branco de um grupo de lavradores em um campo. O campo está coberto por uma plantação de gramíneas altas e os trabalhadores, em fileira, estão segurando foices, maços colhidos na lavoura e outros utensílios para a colheita. Em sua maioria são homens, mas entre eles destacam-se três mulheres e um cachorro. Eles vestem roupas simples, alguns estão de chapéu, outros o seguram em uma das mãos. No verso da fotografia estão as seguintes inscrições: “Colheita de trigo 1941-1942”; “Col. Dez de Novembro”; “Distrito Liberata”; “[ilegível], Curitybanos”; “Oferecida ao Departamento Estadual de Estatística”.

³³ Em meados do século XX, começou a ficar cada vez mais comum a formação de grandes empreendimentos industriais madeireiros na região da Araucária. Enquanto a Lumber reinava sozinha na produção madeireira no início do século XX, começaram a surgir grupos empresariais possuidores de várias serrarias espalhadas pela região das Araucárias” (FERREIRA, 2009, p. 61).

Já na Ficha 02, temos uma fotografia que pôde ser identificada em relação ao montante proveniente da exposição. Esta é a “9. Trigo no vale do Rio do Peixe”, localizada no painel Utilização do Relevo. Este é um dos únicos registros do recorte que enquadra a população como eixo central do enquadramento.

Dentro da exposição, ela participa da documentação de diversas atividades produtivas no estado, assumindo a representação da lavoura oestina. Peluso Júnior (1944) destaca que, na lavoura de trigo, estão “dedicando-se ao seu plantio, no planalto, lavradores de tôdas as origens” e, ao fazê-lo, atribui ao cultivo uma condição de esforço compartilhado, associado à diversidade social e étnica da população. A fotografia enquadra uma ausência de hierarquia explícita entre os retratados, materializando visualmente essa ideia de coletividade.

A representação das lavouras na interpretação de Peluso Júnior é demarcada não pela economia de subsistência – característica do plantio caboclo, por exemplo –, mas pelo seu potencial de exploração comercial e a caracterização territorial como zona agrícola ou pecuária. Essa questão converge com “todas as origens”, pois a narrativa define que “as encostas despojam-se de seus revestimentos florestais para dar lugar às lavouras” e essa característica de transformação da paisagem é atribuída à ocupação direcionada de colonos:

Ao se instalarem nas terras, os colonos passaram a derrubar a floresta para a formação de lavouras cuja produção era voltada à comercialização de seus produtos, principalmente o trigo e o milho, diferentemente das pequenas roças formadas nas “terras de plantar” (Brandt; Nodari, 2011 apud BRANDT; MORETTO, 2023, p. 457)

Dessa forma, a fotografia integra a interpretação do autor, situando o cultivo do trigo como atividade agrícola característica do planalto e associando o grupo de lavradores ao processo de ocupação produtiva descrito nas fontes. Na exposição, essa fotografia relaciona-se à fotografia da Ficha 03, pois, em seguida à Utilização do Relevo, inicia-se o painel que discute sobre o Planalto Pastoril, voltando o olhar às habitações, sua arquitetura e a localização espacial dentro das fazendas.

FICHA DE ANÁLISE 03	
IDENTIFICAÇÃO	
TÍTULO	“Casa de Residência”
LOCAL	Campos Novos, SC
PERÍODO APROX.	Século XX (Primeira metade)
AUTORIA	Desconhecido
SUPORTE	Papel fotográfico
FONTE	IHGSC
DESCRIÇÃO	
Fotografia em preto e branco de uma casa de madeira entre árvores. Em primeiro plano está um automóvel de quatro portas com capota feita de lona. Sua carroceria indica ser um modelo da fabricante de carros Ford Motor Company. Ele está abaixo de uma árvore com folhagens abundantes, que cobre uma parte do telhado duas águas de uma residência com três pavimentos. A casa possui dois acessos, um à nível da rua e outro abaixo, onde há um pátio. No piso de primeiro acesso, possui uma varanda onde encontram-se duas mulheres e duas crianças, a segunda criança está mais afastada à direita. O horizonte mostra um morro descoberto até chegar à uma vegetação densa ao lado de uma casa. No verso da fotografia possui as seguintes inscrições: “Campos Novos”.	



Intitulada “Casa de Residência”, esta fotografia, como a da Ficha 02, é uma das poucas imagens do conjunto que possui identificação relativa à sua seleção. Dentro da exposição, ela é identificada por “4. Casa de fazenda em Campos Novos, edificada no alto de coxilha (altitude 900 metros)”, sendo posicionada no discurso do autor como exemplar de um tipo de habitação vinculado à pecuária de planalto.

A descrição de Peluso Júnior à fotografia fornece o enquadramento discursivo da imagem. Para ele, as casas de fazenda no planalto catarinense “possuem, comumente, a casa em situação pitoresca, no meio do campo [...] ou dominando colinas”. A residência representada é enquadrada nessa segunda categoria: uma construção posicionada no alto de uma colina em uma região de campos – coxilha –, com vista sobre a paisagem e destacada do entorno. Na narrativa expositiva, essa casa não foi selecionada por casualidade, ela foi

valorizada como traço estético e moral, articulando a mensagem de permanência e progresso no território. A casa não está apenas localizada em Campos Novos: ela representa Campos Novos enquanto paisagem pastoril na exposição. Soma-se a isso aos elementos periféricos, como a presença de mulheres e crianças na varanda e o veículo estacionado em frente a casa.

A Ficha 01 apresenta um enquadramento do marco civilizatório da região, a Ficha 02 apresenta quem são os sujeitos que foram atraídos às terras e a Ficha 03, de modo a coroar, apresenta como se apropriaram das terras. A presença da família posando à varanda de casa, ladeada por um automóvel, desloca a casa de fazenda de um suposto olhar arquitetônico para o campo da permanência.

A fotografia não expõe apenas um *chalet* urbano, mas um ideal social que o legitima: a moradia é estável porque está ancorada num núcleo familiar, reconhecível e ordenado, e porque é acompanhada de um bem “escasso”, que pressupõe poder aquisitivo e modernização. Assim, a exposição desse registro atua como uma prova documental do progresso, de um êxito do processo que está sendo desenvolvido na formação da cidade.

FICHA DE ANÁLISE 04	
IDENTIFICAÇÃO	
TÍTULO	<i>Sem título</i>
LOCAL	Joaçaba, SC
PERÍODO APROX.	Século XX (Primeira metade)
AUTORIA	Desconhecido
SUPORTE	Papel fotográfico
FONTE	IHGSC
DESCRIÇÃO	
Fotografia em preto e branco da fachada principal de um estabelecimento comercial. O edifício é uma estrutura de alvenaria com um grande telhado em quatro águas. Sua fachada é marcada por grandes aberturas: duas vitrines laterais e uma porta central, todas com caixilhos de vidro e grades de ferro, permitindo a visualização dos produtos no interior. A identificação do estabelecimento está visível acima da porta principal "CARLOS HOEPCKE S. A.", e as palavras "MACHINAS" e "AUTOS" estão pintadas nas paredes	



FICHA DE ANÁLISE 04

laterais à entrada. Na lateral esquerda do prédio, há a extensão do estabelecimento e, na quina, uma placa com o logotipo oval da Ford Motor Company. No centro da entrada principal está um homem em vestes brancas usando uma gravata escura e na vitrine, à direita, está uma pessoa limpando a vidraça.

No verso da fotografia estão as seguintes inscrições: “Casa Carlos Hoepcke S/A”; “Cidade de Cruzeiro”; “Cruzeiro”: “Joaçaba”, todos em lápis.

Na Ficha 04, o cenário volta-se para o centro urbano de Joaçaba, apresentando a fachada do estabelecimento comercial Carlos Hoepcke S/A. O enquadramento centraliza o edifício com o nome próprio da empresa inscrito logo acima da entrada principal. A fotografia destaca não apenas a materialização da construção de um centro urbano, como também apresenta a interligação entre a Capital e o Oeste catarinense por intermédio da firma Carlos Hoepcke.

Carlos Hoepcke, imigrante alemão naturalizado no Brasil, figura na historiografia econômica catarinense como um dos principais agentes estruturadores do setor produtivo no estado³⁴. A loja que recebe destaque na fotografia não apenas é uma filial, mas uma loja-mostruário permanente focada especificamente na venda de máquinas de beneficiamento de madeira, equipamentos para oficinas mecânicas, maquinários para lavoura, automóveis e caminhões Ford³⁵ e peças mecânicas e pneus Goodyear (O ESTADO DE FLORIANÓPOLIS, 1934, p. 5).

Embora o registro também apresente duas pessoas – um funcionário do estabelecimento, possivelmente vendedor, e outro funcionário responsável pela limpeza –, o enquadramento confere ao estabelecimento todo o destaque. Assim, como eixo de representação, assinala a expansão comercial no interior catarinense a partir de uma matriz localizada na capital.

³⁴ “Figura crucial no processo de desenvolvimento de Santa Catarina, o empresário Carl Hoepcke morreu há quase um século, em janeiro de 1924, deixando um legado cuja relevância pode ser constatada até hoje em Florianópolis e no Estado” (ND+, 2023).

³⁵ A comercialização de automóveis da Ford Motor Company por parte de Hoepcke acontece após a ruptura de concessões com a empresa Comercial Moellmann S.A, que “após a Primeira Guerra Mundial, [perde] a concessão de veículos da Ford para a firma Hoepcke, e durante a Segunda Guerra Mundial, as da Chevrolet e Volkswagen” (CRUZ, 2008).

FICHA DE ANÁLISE 05		
IDENTIFICAÇÃO		
TÍTULO	<i>Sem título</i>	
LOCAL	Concórdia, SC	
PERÍODO APROX.	c. 1935 e 1944	
AUTORIA	Desconhecido	
SUPORTE	Papel fotográfico	
FONTE	IHGSC	
DESCRIÇÃO		Fotografia em preto e branco de um evento em ambiente fechado. Apresenta uma mesa central decorada à frente de vários homens, dispostos lado a lado, usando trajes civis. Ao fundo destes estão dois quadros separados pela bandeira do Brasil pendurada na vertical, em um dos quadros está a imagem de Nereu Ramos. Em primeiro plano está uma plateia difusa. No verso da fotografia consta a seguinte inscrição: “Concórdia” em lápis.

Na Ficha 05, o registro apresenta uma mesa central composta por autoridades não identificadas, enquanto no primeiro plano a imagem é emoldurada por uma plateia difusa. A fotografia não fornece informações contextuais sobre a ocasião, mas há dois elementos centrais que orientam sua leitura: os quadros com representações de personalidades políticas de Santa Catarina – entre eles Nereu Ramos, posicionado à direita – e um símbolo nacional, a bandeira do Brasil exposta verticalmente.

Esses elementos, somados à configuração dos corpos no espaço, compõem uma cena de caráter político. A plateia desfocada ocupa o primeiro plano, enquanto os homens posicionados atrás da mesa formam uma linha frontal. O enquadramento produz uma hierarquia entre público e autoridades. A disposição dos retratos ao fundo, com destaque para a imagem de Nereu Ramos, funciona como reforço dessa hierarquia – figura política estatal.

Além disso, destaca-se entre os presentes um homem posicionado logo abaixo do quadro à esquerda. Não existe identificação sobre ele, mas sua posição no enquadramento sugere tratar-se de uma autoridade local vinculada à administração municipal. Somado a isso, a fotografia circula dentro de um intervalo histórico entre a ascensão de Nereu Ramos ao governo de Santa Catarina em 1935 e o ano de 1944, próximo ao fim de seu mandato. É

também o período no qual a administração municipal de Concórdia esteve sob prefeitos filiados ao Partido Liberal Catarinense (1934-1937), partido presidido por Ramos.

Assim, a fotografia inscreve a presença do Estado e organiza visualmente a autoridade municipal sob a referência política de Nereu Ramos.

FICHA DE ANÁLISE 06		
IDENTIFICAÇÃO		
TÍTULO	“Ginásio Aurora – Caçador Festa do 7 de setembro”	
LOCAL	Caçador, SC	
PERÍODO APROX.	c. 1940 (Década) ³⁶	
AUTORIA	Desconhecida	
SUPORTE	Papel fotográfico	
FONTE	IHGSC	
DESCRIÇÃO		Fotografia em preto e branco da celebração de 7 de setembro no Colégio (Ginásio) Aurora na cidade de Caçador. O edifício escolar possui três pavimentos construídos em madeira, uma fachada simétrica composta por múltiplas janelas alinhadas e partes laterais que se destacam. Seu centro tem profundidade e possui duas escadarias, uma em cada lado, que terminam em uma estrutura decorativa coroada com uma estrela, três quadros, o primeiro deles à direita apresenta a face de Nereu Ramos. Acima dessa estrutura há outra estrela centralizada, com estrutura vazada e fixada sobre a fachada, que está adornada com folhagens e faixas de bandeirola em suas varandas. Em uma de suas janelas está uma pessoa com vestes escuras observando o evento. Diante dele está uma multidão disposta nos degraus de acesso e na rua. As pessoas estão vestindo trajes civis e estão separadas em grupos. Os grupos compostos por crianças e jovens usam uniformes claros e estão alinhados em fileiras, sendo supervisionados por adultos com trajes escuros. Há um homem montado sobre um cavalo à direita.

O mesmo acontece na Ficha 06. Neste registro, o enquadramento revela uma multidão organizada ao redor de um edifício identificado como Ginásio Aurora. No primeiro plano, a rua aparece tomada por estudantes alinhados em fila, uniformizados e apresentando distinção de roupas e cores. Estes estão sendo supervisionados por homens em roupas pretas, e estão

³⁶ Após a aquisição do Colégio Aurora por parte dos Irmãos Maristas, incluíram-se festividades cívicas na agenda escolar (TRIDAPALLI, 2009, p. 341)

acompanhados de pessoas usando trajes civis da época. O enquadramento privilegia a arquitetura escolar e a composição dos corpos, associando o espaço educacional à performance pública de patriotismo.

Fundado em 1928 pelo casal de imigrantes italianos Dante e Albina Mosconi, o Colégio Aurora foi a primeira instituição a introduzir o ensino secundário em nível ginasial no oeste catarinense (TRIDAPALLI; DAROS, 2014). O destaque atribuído ao edifício na fotografia não é construído em vão, isso porque o Colégio Aurora é apontado como elemento decisivo no reconhecimento político e na emancipação da cidade, isso porque

A importância do Colégio para a cidade foi tão significativa que, quando no dia 12 de fevereiro de 1934 o Colégio Aurora consegue equiparar seu curso ginasial ao Ginásio Pedro II do Rio de Janeiro, em menos de duas semanas, a 22 de fevereiro, o interventor Aristiliano Ramos cria o município de Caçador (TRIDAPALLI; DAROS, 2014, p. 292).

A fotografia enfatiza o Colégio como espaço para a formação da juventude e, simultaneamente, estende a formação para a ritualização da memória cívica. A celebração registrada alinha-se à política educacional do período, especialmente à campanha de nacionalização do Estado Novo, conduzida em Santa Catarina sob a intervenção de Nereu Ramos. Em contexto de vigilância cultural e disciplinamento de condutas, escolas se tornaram instrumentos de orientação patriótica, sobretudo nas regiões de colonização europeia. Antes mesmo da intensificação da campanha, o Colégio Aurora já incorporava práticas de integração estatal à comunidade escolar, como a instalação de um Tiro de Guerra em 1929 e a criação da Escola de Instrução Militar em 1932, adequando-se às diretrizes militares então emergentes (TRIDAPALLI; DAROS, 2014) – o que pode ser observado na diferença de uniformização entre os grupos masculinos à direita do enquadramento.

No entanto, sua direção, formada pelo casal de italianos imigrantes, é impedida de seguir à frente do Colégio por recusarem a naturalização brasileira (TRIDAPALLI; DAROS, 2014). Essa situação desdobra-se na venda do Ginásio, em 1938, para os Irmãos Maristas que, embora igualmente estrangeiros, conseguem estabelecer um diálogo com Nereu Ramos³⁷ e implementam a Campanha de Nacionalização. Essa implementação passa a se materializar na

³⁷ “Essa intolerância, no entanto, não se verificou no Ginásio Aurora. Seu diretor, Tomaz de Vilanova, que tinha como nome de batismo Alberto Henrique Abel Lefivre, sendo de nacionalidade francesa, e então estrangeiro, conseguia em 1941 estabelecer um diálogo com o senhor Nereu Ramos, chefe do estado. Mais curioso ainda é que na carta se encontra um pedido de subvenção a um estabelecimento dirigido por um estrangeiro. De acordo com os documentos pesquisados, não se pode confirmar se o colégio recebeu a quantia requerida, porém o que fica claro, nestes escritos, é que a Congregação Marista mantinha uma boa aproximação com o governo estadual” (TRIDAPALLI, 2009, p. 329)

década de 1940, com a incorporação dos feriados nacionais³⁸, como o Sete de Setembro e seus símbolos apresentados na foto, que são configurados como os vistos na Ficha 05 – os quadros apresentam imagens de Getúlio Vargas e Nereu Ramos bem ao centro das escadarias que adornam o frontão do edifício.

Desse modo, o enquadramento desloca o protagonismo dos indivíduos para o edifício escolar, que aparece como autoridade institucional e sujeito silencioso na situação registrada. A imagem faz do Colégio o espaço legitimador do evento, sustentando a prática pública de patriotismo sem individualizar os sujeitos que a executam.

FICHA DE ANÁLISE 07	
IDENTIFICAÇÃO	
TÍTULO	<i>Sem título</i>
LOCAL	Videira, SC
PERÍODO APROX.	25 de novembro de 1934
AUTORIA	Desconhecido
SUPORTE	Papel fotográfico
FONTE	IHGSC
DESCRIÇÃO	
Fotografia em preto e branco da inauguração da ponte Luiz Kellermann na antiga Vila de Vitória, atual município de Videira. A estrutura da ponte é feita de madeira em estilo pênsil e está decorada com folhagens e faixas de bandeiras ao longo de sua extensão. Diante dela está uma multidão de pessoas, algumas seguram guarda-chuvas, outras seguram instrumentos musicais, e a maioria está de costas para o fotógrafo. À direita está o “Hotel e Padaria Albert Reichert”, um edifício de dois pavimentos com duas varandas cheias de pessoas debruçadas sobre os peitoris. Na fachada do primeiro pavimento possui as bandeiras do Reino da Itália (1861-1946), do Brasil e uma terceira não identificada hasteadas. Acima da sacada, no segundo pavimento do edifício, há uma placa “Hotel Victoria”. Mais ao fundo, ainda na direita do hotel, está uma placa “Barbearia Victoria”. As pessoas presentes vestem trajes civis: homens usando ternos claros ou escuros, com chapéu, e as mulheres usam vestidos nos mesmos tons e com comprimento abaixo dos joelhos. As poucas crianças presentes estão usando calção, camisa e chapéu. O horizonte da fotografia mostra a encosta de um morro com algumas casas de um ou dois pavimentos e “caminhos” cercados entre elas. Mais acima das casas, o morro está coberto por	



³⁸ “Durante o ano de 1940 registraram-se oito pausas no calendário do Ginásio Aurora. As festas se alternavam, podendo ser de ordem religiosa, ou feriados oficiais. No entanto, naquele ano e nos demais que compreendem o período estadonovista, os feriados cívicos se sobrepuseram em relação a outras festividades. Comemorava-se o dia de Tiradentes, o dia do soldado, o dia da independência e o dia da Bandeira” (TRIDAPALLI, 2009, p. 341)

FICHA DE ANÁLISE 07

árvores, algumas dessas são araucárias.

No verso possui as seguintes inscrições: “---ração da ponte na vila de Vitória”; “Inauguração” em lápis; “Caçador”.

A última Ficha 07 apresenta uma vila anterior à fundação da cidade de Videira. Decorada por folhagens e faixas de bandeirolas, a ponte apresenta-se de forma monumentalizada, exibindo a parte frontal de seu estilo pênsil construído na técnica enxaimel³⁹. Diante dela, a cena registra uma multidão, embaixo de seus guarda-chuvas, prestes a cruzar a passagem entre as vilas de Perdizes e Vitória.

O enquadramento da comemoração sugere um novo momento para a cidade, no qual o estabelecimento de uma continuidade territorial é apresentado como integração entre as vilas separadas pelo Rio do Peixe. Anteriormente, a travessia costumava ser realizada por balsa.

Um monumento histórico que foi determinante para o surgimento do Município de Videira ocorreu em 1934, quando se fez a substituição da balsa pela ponte pênsil Luiz Kellermann. Foi mais que uma estrutura para unir Perdizes e Vitória, italianos e alemães, tratou-se de um projeto ousado tanto na estrutura quanto na ausência de qualquer metal em sua construção (MARTINS; BALDISSERA; 2014).

A construção da ponte, no entanto, não se limita apenas a uma solução urbana de conexão entre vilas. A obra está diretamente ligada aos fluxos econômicos que atravessam a região no período. Fritz Carl Lorenz, industrial alemão radicado no Vale do Itajaí, havia expandido seus negócios para o Oeste após descobrir que estava perdendo o mercado paulista para uma firma instalada em Videira, favorecida pela proximidade entre a produção agrícola e a estação ferroviária de Perdizes. Essa vantagem logística levou Lorenz a instalar um frigorífico na região e, posteriormente, a associar-se aos irmãos Renê e Arnaldo Frey e a Luiz Kellermann, então funcionário do frigorífico, originando a Sociedade Catarinense Casa da Banha Ltda., o berço da Perdigão – hoje BRF.. A ponte pênsil Luiz Kellermann foi construída por esse grupo como infraestrutura que viabiliza o fluxo de mercadorias e à integração entre as duas margens do Rio do Peixe (WITTMANN, 2023).

Apesar da centralidade da ponte, um dos elementos da fotografia a serem destacados são os estabelecimentos comerciais à direita, especialmente o Hotel e Padaria Alberto Reichert. A bandeira pendurada logo acima da placa – bandeira do Reino da Itália

³⁹ A técnica enxaimel é definida pela montagem de estruturas com hastes de madeira encaixadas entre si, dispensando o uso de pregos. As hastes podem ser posicionadas na horizontal, vertical ou inclinadas, sendo preenchidas por pedras ou tijolos. A sustentação é dada pela estrutura composta pelo encaixe entre hastes (PSCHEIDT, 2020, p. 35)

(1861–1946) – converge com os relatos que caracterizam a vila localizada à margem direita do Rio do Peixe como espaço de colonização italiana, enquanto a margem oposta foi ocupada principalmente por alemães (WITTMANN, 2022). Assim, a cena parece ter sido registrada do “lado italiano” da futura cidade.

SÔNIGO (2010) afirma que “fotografia deixou de ser mero instrumento ilustrativo da pesquisa para assumir o status de documento, matéria-prima fundamental na produção do conhecimento sobre determinados períodos da História, acontecimentos e grupos sociais”. No caso do recorte fotográfico trazido nas 07 fichas analisadas, percebe-se que a formação da Coleção não buscou uma mera ilustração do processo de ocupação do interior de Santa Catarina, mas construiu uma narrativa visual desse processo, documentando eventos históricos “relevantes” à perspectiva do projeto estatal da época, que destacam a colonização como marco civilizatório do território.

As camadas de representação analisadas neste subcapítulo convergem em um mesmo movimento com a construção da narrativa historiográfica reservada ao Sertão Catarinense. Os “incultos” da terra abandonada, essas populações que ocupavam as florestas e campos da região, de forma alguma aparecem representadas na construção dos núcleos urbanos emergentes. Os enquadramentos priorizam as perspectivas civilizatórias descritas, por exemplo, pela comitiva que participou da Viagem de 1929, quando destacam os núcleos imigrantes em desenvolvimento em Mondaí, contudo também registram um momento de ruptura nesse mesmo processo. As fichas que retratam o período regido pela Campanha de Nacionalização exprimem um momento de revisão da construção da identidade catarinense, que antes saudava os imigrantes europeus, concentrando-se na representação do povo catarinense agora vinculado à ideia de nação, um “abrasileiramento” da população que estava se desnacionalizando – a exemplo do movimento de criação do Território Federal do Iguaçu.

Como observa BURKE (2001), “para não sermos enganados por fotografias, sejam fixas ou móveis, precisamos – assim como no caso dos textos – prestar atenção à mensagem e ao remetente, perguntando quem está tentando nos dizer o quê e por que motivos”. A elite política-intelectual assume a característica de emissora e, em suas empreitadas na construção da identidade catarinense, apresenta suas provas cabais que constituíram a identidade que desejavam representar – nesse caso, as provas de um processo de colonização que fundou o Oeste Catarinense.

Quando organizadas – como no recorte da Coleção Santa Catarina –, essas fotografias não simplesmente mostram o Oeste como um constructo, elas organizam documentalmente uma narrativa, convertendo cenas que representam infraestrutura, lavoura, arquitetura, comércio e ritual cívico em símbolos fundamentais de progresso. Esses símbolos somam “graças” ao imigrante, a estrada de ferro, à presença estatal, pelo resultante de uma dominação do sertão. Esse processo se evidencia no modo como as fotografias distribuem os sujeitos dentro da cena. MAUAD (1996) observa a partir de Jacques Le Goff que:

[...] Há que se considerar a fotografia, simultaneamente como imagem/documento e como imagem/monumento. No primeiro caso, considera-se a fotografia como índice, como marca de uma materialidade passada, na qual objetos, pessoas, lugares nos informam sobre determinados aspectos desse passado [...]. No segundo caso, a fotografia é um símbolo, aquilo que, no passado, a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser perenizada para o futuro. Sem esquecer jamais que todo documento é monumento, se a fotografia informa, ela também conforma uma determinada visão de mundo” (MAUAD, 1996, p. 8).

Conforme a autora argumenta, a fotografia opera como uma materialização do passado, sendo suporte de memória pública, contudo não são neutros nem exprimem uma realidade fidedigna. Na Coleção analisada, os corpos aparecem conformando uma encenação institucional: trabalhadores prosperam na lavoura de forma coletiva, famílias posam em suas residências estáveis, estudantes comemoram feriados patrióticos, autoridades estatais firmam domínio simbólico sobre o território. A realidade é vítima de um enquadramento direcionado que reproduz visualmente uma narrativa alinhada à visão de mundo de quem a registra.

Essa performance só pode ser desvendada pelo “estabelecimento de um diálogo entre as diferentes fontes (iconográficas, verbais, orais, literárias)” que “permite interagir com outras visões, outras linguagens, outros discursos sobre o mesmo objeto” (SÔNEGO, 2010). Portanto, a análise desenvolvida aqui a partir de uma contextualização histórica da região pode questionar as ausências e silenciamentos promovidos pela seleção e difusão dessas fotografias no X Congresso Brasileiro de Geografia e concluir que o conjunto imagético constrói evidências que não conformam a realidade das populações caboclas, indígenas e tradicionais, não por elas não existam mais nesse território – que é o que parece ser construído –, mas o roteiro que elas performam (infraestrutura → agricultura → habitação → comércio → Estado → educação → integração territorial) é comprometido pela sua presença na narrativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões desenvolvidas ao longo deste trabalho permitem compreender que a identidade, em si, não é um dado estável nem uma essência histórica, mas sim uma construção que nasce de disputas, de seleções e de estratégias discursivas. Ao aproximar isso do contexto catarinense, percebe-se que, desde o final do século XIX, elites políticas e intelectuais empenharam-se em elaborar um projeto identitário que fosse capaz de articular representação territorial, civilidade e progresso para Santa Catarina. Essa identidade nunca foi homogênea, mas produzida por grupos que detinham capital político e cultural e que, por isso, foram capazes não apenas de ocupar os espaços institucionais de produção da memória, como fundá-los e dirigi-los.

O Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina ocupa papel central nesse processo, apresentando-se como a primeira instituição de memória do estado. Conforme demonstrado no capítulo 3, sua fundação não ocorreu apenas como iniciativa científica, mas como parte de um esforço de formulação de uma história para o estado. A reunião, a classificação, a ordenação, a interpretação e a difusão de documentos, mapas, periódicos e iconografia foram acompanhadas de uma orientação política clara: selecionar aquilo que devia ser lembrado e relegar ao silêncio aquilo que contrariava a narrativa em construção. Ao longo do século XX, o Instituto consolidou-se como espaço produtor de um saber legitimado institucionalmente e, assim, operou como filtro ativo de memórias, organizando uma narrativa que enfatiza a colonização europeia e silencia a existência das populações indígenas e caboclas que habitavam o território. Este filtro esteve baseado em seu instrumento ativo de mediação cultural e de produção de sentidos: o acervo.

No capítulo 4, esse processo se materializa nas imagens da subcoleção Santa Catarina. As fotografias reunidas não operam como registros isolados, mas estruturam uma gramática visual que naturaliza o processo de colonização direcionada. A ferrovia é apresentada como origem, a lavoura como vocação econômica, a arquitetura doméstica como prova de estabilização familiar, o comércio como modernização e integração econômica, a cerimônia municipal como legitimação política, a escola como disciplina cívica e a ponte como símbolo de integração territorial. A narrativa imagética organiza espacialmente o Oeste de forma linear e progressiva, produzindo uma temporalidade musealizada em que o antes, manifestado pela terra viva, os povos que a habitavam, os conflitos que a atravessaram, desaparece, e o depois, manifestado pela colonização, torna-se inevitável.

A leitura dessas imagens confirma o que Stuart Hall observa sobre a representação – ela não reflete a realidade, ela a produz. No caso do Oeste Catarinense, o acervo do IHGSC não apenas documenta a ocupação do território, mas constrói uma versão legítima sobre quem o ocupa, quando o ocupa e por quais motivos. Esse enquadramento coincide com o pensamento historiográfico dominante do século XX e com o uso do acervo e de práticas museológicas, como a exposição, a serviço de um projeto político-identitário. Este projeto deslocou as populações tradicionais para fora da cidadania catarinense, associando-as ao atraso e relegando-as ao Outro. O imigrante europeu, ao contrário, surge como sujeito fundador, portador de civilidade e progresso, mesmo quando chega após a expropriação violenta dessas mesmas populações.

O confronto entre o acervo e a história social que o circunda evidencia que o problema não é a ausência casual, mas a seleção. O arquivo e o museu institucional não se limitam a guardar: eles organizam, hierarquizam e distribuem sentidos, operando segundo lógicas museológicas que transformam documentos e imagens em dispositivos de legitimação de poder simbólico. Assim como o próprio Instituto, essas operações mostram o que deve ser visto, silenciam o que tensiona e transformam o Oeste em uma narrativa de progresso concluída. A memória institucional, construída sob uma perspectiva hegemônica, converte-se em instrumento político e opera estruturando identidades regionais e, ao mesmo tempo, justificando apagamentos históricos.

Com isso, a pesquisa reafirma que a disputa pela identidade catarinense passa, necessariamente, pela disputa pelo direito de narrar e de musealizar o passado. Ao trazer o Oeste para o centro da análise – não como exotismo rural, mas como território de violência, de conflito e de múltiplas presenças – este trabalho busca problematizar uma tradição museológica e historiográfica que insiste em representar o estado a partir do litoral açoriano e do mito do colonizador europeu civilizatório. A análise do acervo do IHGSC não tem como objetivo negar as imagens, mas desnaturalizar o modo como elas foram mobilizadas para construir uma memória oficial para Santa Catarina.

Se há uma contribuição possível aqui, ela está no reconhecimento de que museus, arquivos e instituições culturais não apenas preservam o passado, mas produzem versões autorizadas sobre o mesmo. Ao iluminar esses mecanismos, a pesquisa não pretende resolver as lacunas, mas evidenciar sua existência e apontar a necessidade de práticas museológicas críticas, capazes de reabrir as narrativas interrompidas e silenciadas. O Oeste Catarinense não é uma periferia do estado, ele é centro de disputas, laboratório de políticas e espaço vivo de

memória. A pergunta que permanece, portanto, não é apenas “quem fomos?”, mas “quem é autorizado a contar essa história e a partir de quais instituições e acervos?”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAHIA, E. M. S. **Perfil de José Arthur Boiteux, um construtor da cultura catarinense.** Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/76085/95852.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 out. 2025.
- BALDISSERA, I.; MARTINS, P. **Resgate histórico e de dados arquitetônicos da Ponte Luiz Kellerman.** XX Seminário de Iniciação Científica e Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (SIEPE), 2014, p. 359. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/siepe/article/view/5520>. Acesso em: 29 nov. 2025.
- BAVARESCO, M.; LOCATELLI, C. **As identidades acionadas no jornalismo a partir da dicotomia entre proximidade e afastamento.** Contracampo, Rio de Janeiro, ed. 38, n. 3, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/28523/pdf>. Acesso em: 25 nov. 2025.
- BOUZADA, M. A. **Debaixo da imediata proteção de S. M. I. – Fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (21/10/1838).** Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/historia-do-brasil-debaixo-da-imediata-protecao-de-s-m-i-fundacao-do-instituto-historico-e-geografico-brasileiro-21-10-1838/>. Acesso em: 30 out. 2025.
- BURKE, P. **Como confiar em fotografias.** Folha de S. Paulo, Caderno Mais, 04 fev. 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0402200105.htm>. Acesso em: 30 nov. 2025.
- CASARA, J. C. **Movimentos sociais dos caboclos(as) no Contestado: identidades e repertórios 100 anos depois da Guerra.** 2021. 231 f. Dissertação de Pós-Graduação (PPG em Sociologia e Ciência Política) – UFSC, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/221352>. Acesso em: 28 set. 2025.
- GOMES, C. R. **Postais para ver: cartofilia no Brasil na primeira metade do século XX na coleção Estella Bustamante.** 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/13404>. Acesso em: 24 jan. 2026.
- CENTRO DE MEMÓRIA DO OESTE CATARINENSE (org.). **A VIAGEM DE 1929: Oeste de Santa Catarina.** Editora Argos: Chapecó, 2005. 207 p.
- CUNHA, M. T. S. **Essa coisa de guardar... homens de letras e acervos pessoais.** In: História da Educação, Pelotas, v. 12, n. 25, p. 109-130, Maio-Ago., 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/29194/pdf>. Acesso em: 26 out. 2025.
- DEBIASI, R. E. **Representação e representatividade do campesinato nas instituições museológicas em Santa Catarina: uma análise do Cadastro Catarinense de Museus.** 2017. 109 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) – UFSC, Florianópolis, 2017. Acesso em: 27 out. 2024.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Colecção de Leis, decretos e resoluções de 1929.** Florianópolis: Imprensa Oficial, 1930.

FREITAS, P. **O Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina: espaço de saber "qualificado"**. Esboços, v. 4, n. 4, p. 9–21, jun./dez. 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/529/9749>. Acesso em: 25 nov. 2025.

GARCIA JR., E. **Práticas regionalizadoras e o mosaico cultural catarinense.** 2002. 120 f. Dissertação de Mestrado (PPG em História) – UFSC, Florianópolis, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/83626>. Acesso em: 21 nov. 2025.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** 1 Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 323 p.

GUIDI, E. Z. **Victor Antônio Peluso Júnior: pioneiro da geografia catarinense.** 2010. Tese de Doutorado (PPG em Geografia) – UFSC, Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/94576/283098.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2025.

GRISARD, I. V. R; MIRA, M. A. F. B. **MEMÓRIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA.** Florianópolis: IHGSC, 2014. 344 p.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11 Ed.. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006. 104 p.

HALL, Stuart. **Cultura e representação.** Organização e revisão técnica: Arthur Ituassu. Tradução: Daniel Miranda; William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016. 260 p.

ICOM Brasil. **ICOM aprova Nova Definição de Museu.** ICOM Brasil, 24 ago. 2022. Disponível em: <https://www.icom.org.br/icom-aprova-nova-definicao-de-museu/>.. Acesso em: 24 jan. 2026.

MACHADO, P. P. **A questão de terras no Contestado: diversidade de conflitos e motivações.** DRd - Desenvolvimento Regional em debate, v. 13, p. 608–626, 2023. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/5013>. Acesso em: 20 nov. 2025.

MATOS, O. N. **ANAIS DO PRIMEIRO CONGRESSO DE HISTÓRIA CATARINENSE.** vol. 2. Florianópolis, Imprensa Oficial, 1950. 610 p. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/68124?articlesBySameAuthorPage=4>. Acesso em: 28 out. 2025.

MARTINELLO, A. S. **“Um bandeirante” no final da década de 1920: o caso do Oeste de Santa Catarina e a Viagem do Governador em 1929.** ANPUH–BRASIL. 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Recife, 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564793552_ARQUIVO_Anais30AnpuhRecifeMARTINELLO2019BANDEIRANTENOFINALDADECADE1920.pdf. Acesso em: 20 nov. 2025.

MAUAD, A. M. **Através da imagem: fotografia e história interfaces.** Tempo, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73–98, 1996. Disponível em: https://codecamp.com.br/artigos_cientificos/ATRAVESDAIMAGEMFOTOGRAFIA.pdf. Acesso em: 30 nov. 2025.

MEIRINHO, J. **IHGSC honra a cultura catarinense.** In: *Ô Catarina!* (Diário Oficial de Santa Catarina), Florianópolis, n.º 19, Set./Out., p. 29.

MONTEIRO, F. **A Guerra do Contestado: fé, coragem e resistência frente ao coronelismo e à lógica capitalista.** Geographia Opportuno Tempore, Londrina, v. 5, n. 3, p. 67-76, 2019. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/37413/26427>. Acesso em: 05 out. 2025.

O ESTADO DE FLORIANÓPOLIS. **Carlos Hoepcke S.A.** Florianópolis, Edição Extraordinária, 23 out. 1934, p. 5. Disponível em: <https://hemeroteca2.cultura.sc.gov.br/docreader/884120/29935>. Acesso em: 28 nov. 2025.

OLIVEIRA, L. P. **Memória Histórica, Museologia Social e a Possibilidade de uma Gestão Comunitária do Patrimônio Cultural do Contestado.** 2025. 95 f.. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) — UFSC, Florianópolis, 2025.

PADILHA, R. C. **Documentação museológica e gestão de acervo.** Coleção Estudos Museológicos, Florianópolis, vol. 2, 2014. 74 f. Disponível em: <https://cultura.rs.gov.br/upload/arquivos/carga20190653/17105304-documentacao-museologica-gestao-acervo.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2025.

PELUSO JÚNIOR, V. A. **SANTA-CATARINA NA EXPOSIÇÃO DO X CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA.** Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, vol. VI, n. 3, Julho-Setembro, 1944. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1944_v6_n3.pdf. Acesso em: 29 nov. 2025.

PETROLI, F. I. S. **Fronteiras, províncias e unidade nacional na formação do Brasil: uma análise sobre a “questão de limites” entre Santa Catarina e Paraná (1853–1889).** 2018. Tese de Doutorado (PPG em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/182718/001076843.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2025.

PIAZZA, W. F. **INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA (1896–1996): Estudo Histórico-Analítico.** Florianópolis: Co. Ed. UDESC–IHGSC, 1996. 117 p.

PIGNATARO, A. F.; SOBRAL, G.; SIMÕES, P. (org.). **Institutos históricos e geográficos do Brasil.** Natal/RN: Offset Gráfica, 2019. 99 f.

PRIORI, A.; MELLO, J.; ZAMARO, M.; CESCINETTO, J. **Território Federal do Iguaçu.** In: História do Paraná: séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012. p. 59–74. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-06.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2025.

PSCHEIDT, D. C. **Arquitetura enxaimel: um olhar sob a perspectiva da matemática**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação do Campo) – UFSC, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/204254>. Acesso em: 30 nov. 2025.

RADIN, J. C.; CORAZZA, G. **Dicionário histórico-social do Oeste Catarinense** [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2018. 142 p. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/rxw94/pdf/radin-9788564905658.pdf>. Acesso em: 25 set. 2025.

RADIN, J. C.; ZARTH, P. A. (org.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Editora UFFS, 2016. 353 f. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/uffs/conteudo/editora/4061-Historia_da_Fronteira_Sul.pdf. Acesso em: 20 nov. 2025.

SILVA, P. R. **Relatório de estágio no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina: arquivo especializado em fotografia**. 2007. 51 f. Estágio Supervisionado em Biblioteconomia (Graduação em Biblioteconomia) – UFSC, Florianópolis, 2007.

ROSA, M. S. **A arte e a política na obra de Willy Zumblick**. 2015. 268 p. Dissertação de Mestrado (PPG em História) – UDESC, Florianópolis, 2015. Disponível em: https://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/2025/murilo_de_souza_rosa.pdf. Acesso em: 20 nov. 2025.

SÁ, A. P. S. **O IHGB e a escrita das histórias das províncias: algumas considerações**. *Intellèctus*, v. 22, n. 22023, p. 225-242, jul./dez, 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intellectus/article/view/77887/48578>. Acesso em: 30 out. 2025.

SAYÃO, T. J. **Nas veredas do folclore: leituras sobre a política cultural e identidade em Santa Catarina (1948–1975)**. 2004. 106 p. Dissertação de Mestrado (PPG em História) – UFSC, Florianópolis, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/87915>. Acesso em: 21 nov. 2025.

SERPA, E. C. **A identidade catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 14, n. 20, p. 63–79, 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/23486/21154>. Acesso em: 16 set. 2025.

SIMÃO, M.; BILÉSSIMO, A. R. **Identidades em Santa Catarina: a negação do outro e a celebração da especificidade**. *Revista Escritas do Tempo*, vol. 1, n. 1, mar./jun., 2019, p. 30-48. Disponível em: <https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/escritasdotempo/article/view/407>. Acesso em: 20 nov. 2025.

SILVA, F. J. **A divisão político-administrativa do Estado de Santa Catarina: do passado ao presente**. 2008. 255 f. Dissertação de Mestrado (PPG em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Sócio-Ambiental) UDESC, Florianópolis, 2008. Disponível em: https://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/864/fernando_joao_da_silva.pdf. Acesso em: 24 nov. 2025.

SILVA, J. B. F.; PIAZZA, W. F.; PELUSO JUNIOR, V. A.; SACHET, C.; LAGO, P. F. **Fundamentos da cultura catarinense**. Rio de Janeiro: Laudes, 1970, 134 f.

SÔNEGO, M. J. F. **A fotografia como fonte histórica**. *Historiæ*, v. 1, n. 2, p. 113–120, 2010. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2366>. Acesso em: 30 nov. 2025.

SOUZA, C. A. **Coronelismo, Guerra Civil Federalista e Contestado: breve análise das relações políticas no Paraná**. *REVISTA NEP*, Curitiba, v.2, n.5, p. 171-179, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/49568/29658>. Acesso em: 05 out. 2025.

TOMPOROSKI, A. A. **Cicatrices do Contestado: a estatização da Southern Brazil Lumber e o advento do Campo de Instrução Marechal Hermes**. *Desenvolvimento Regional em Debate*, vol. 6, n. 3, p.178-192, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5708/570863074010/>. Acesso em: 2025.

TRIDAPALLI, A. L. **Cultura escolar nacionalizada – Ginásio Aurora (1938–1945)**. *Cadernos do CEOM - Memória, História e Educação*, vol. 21, n. 28, 2006. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/168/76>. Acesso em: 30 nov. 2025.

TRIDAPALLI, A. L.; DAROS, M. D. **Um colégio, uma distinção: o Colégio Aurora de Caçador, Santa Catarina, em tempos de nacionalização do ensino**. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, nº 58, p. 291-303, set/2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640394/7953>. Acesso em: 30 nov. 2025.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Museus e o problemático conceito de identidade cultural: de objeto (de ação) a objeto (de conhecimento)**. *Anais do Museu Paulista Nova Série*, São Paulo, n. 1, p. 207-217, 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/8RcxDr6PPmbLfcXv37SFggm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 nov. 2025.

WITTMANN, A. **A ponte construída com a Técnica Construtiva Enxaimel - Ponte Luiz Kellermann - Videira SC**. 21 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://angelinawittmann.blogspot.com/2022/12/a-ponte-construida-com-tecnica.html>. Acesso em: 29 nov. 2025.

WITTMANN, A. **A história da Porcelana Schmidt**. *O MUNICÍPIO – Blumenau*. 02 de agosto de 2023. Disponível em: <https://omunicipioblumenau.com.br/a-historia-da-porcelana-schmidt/>. Acesso em: 29 nov. 2025.